

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre na Área de Especialização em Comunidades e Dinâmicas
Sociais

Orientação FCSH: Prof. Manuel Lisboa

Orientação no local de estágio: Vera Rodrigues

AGRADECIMENTOS

Agradeço antes de mais a toda a equipa d'O Companheiro que tao prontamente me abriu portas e possibilitou a experiência única que vivi ao longo do estágio. Obrigada por proporcionarem momentos de amizade, companheirismo, ensinamento e aprendizagem.

Não posso deixar passar o apreço pelos ex-reclusos que se prontificaram a partilhar a sua história em prol de ajudar o outro quando muitas vezes o desconforto pudesse falar mais alto.

Agradeço à FCSH por levar a cabo bons ideais de ensino, de fomentação da cultura e acima de tudo de incentivo à exploração de temáticas “menos famosas”, aquelas que são preciso aprofundar e questionar.

Obviamente agradeço ao Prof. Manuel Lisboa, como orientador de Mestrado e por talvez sem saber ter ajudado a traçar o meu percurso e escolhas académicas que me trouxeram até onde me encontro hoje.

E para terminar, um agradecimento muito especial e com saudade a quem plantou em mim o desejo de querer mais na vida e de olhar a fundo aquilo que realmente importa.

Agradeço à minha mãe por ter feito o esforço de prolongar os valores que esse mesmo nos transmitiu.

UMA ABORDAGEM SOBRE A REINSERÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EX-
RECLUSA ADULTA E SUAS TRAJETÓRIAS TRANSFORMACIONAIS

MARTA GONÇALVES TRINDADE

Palavras-chave: Reinserção social; Self; Institucionalização; Trajetórias

ÍNDICE

1. Introdução-----	1
2. Referencial Teórico	
2.1 O Desvio-----	2
2.2 Instituições totais-----	4
2.3 Intervenção social	
2.3.1 Durante a reclusão-----	5
2.3.2 Pós- reclusão-----	8
2.3.3 Reinserção social, uma instituição total? -----	12
3. Objeto de Estudo – “O Companheiro - IPSS”	
3.1 Enquadramento-----	14
3.1.1 Valores e Missão-----	15
3.2 Processos Chave -Residência-----	16
3.3 Valências de apoio à comunidade-----	21
3.4 Metodologia d’O companheiro-----	28
4. Metodologia	
4.1 Intervenção em campo-----	29
4.2 Descrição do trabalho de campo-----	31
4.3 Entrevistas-----	32
4.4 Tratamento de dados-----	34
5. Conclusão-----	43
6. Bibliografia-----	46
7. Anexos	

LISTAGEM DE SIGLAS/ ABREVIATURAS

CML	Câmara Municipal de Lisboa
DGRSP	Direção Geral de Reinserção e Sistemas Prisionais
EP	Estabelecimento Prisional
GAFD	Gabinete de Atividade Física e Desportiva
GDDF	Gabinete de Direitos e Deveres Fundamentais
GEFE	Gabinete de Educação Formação e Empregabilidade
GICP	Gabinete de Intervenção Clínica e Psicológica
GIS	Gabinete de Intervenção Social
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
LSJ	Liberdade em Saída Jurisdicional
PAE	Procura Ativa de Emprego
PEP	Práticas Educativas Positivas
PII	Plano Individual de Inclusão
PIR	Plano Individual de Readaptação
PTFC	Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade
RAVE	Regime Aberto Virado para o Exterior
RAVI	Regime Aberto Virado para o Interior
SCML	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
TEP	Tribunal de Execução de Penas

1. Introdução

O presente relatório retrata não só uma experiência de campo como também algumas reflexões teóricas sobre a temática da reinserção social em contexto pós-reclusão.

A escolha da realização de estágio prendeu-se com algumas questões ideológicas que culminaram num caminho que me poderia vir a fornecer o conjunto mais recompensador a nível de transversalidade e diversidade de experiências no terreno.

Sou adepta da ideia de que em certas áreas profissionais e académicas que tratem situações mais complexas e sensíveis deve ser feita uma articulação mandatória entre a teoria e a prática por múltiplas razões. Defendo, portanto, a ideia de que deve ser feita uma comprovação da teoria de modo a evitar distanciamento do investigador para com a realidade sobre a qual se debruça, passando assim o mesmo por um processo de desmistificação e descoberta de múltiplos fenómenos sociais.

O Companheiro IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social) - eleito como local de estágio – apresenta-se como resposta social à população ex-reclusa e suas famílias atuando na sua reintegração societária, fornecendo e fortalecendo pilares basilares para a mesma., trabalhando igualmente em diversas frentes daquilo que é o apoio comunitário.

Ao longo do presente relatório é feita uma abordagem sobre algumas problemáticas que se levantam quando falamos do tema reinserção social. Ao abordar a transformação do self ao longo das diferentes fases da vida da população ex-reclusa adulta surge a pertinência de ser institucionalizada uma nova fase que me parece crucial tanto no discurso académico como nas partes ativas e intervenientes de todo o processo de reinserção para que o mesmo seja levado a cabo plenamente.

Já António Damásio dizia “*É a vida na corda bamba entre o florescimento e a morte, que dá origem ao sentimento*” em *A Estranha Ordem das Coisas*. Não procurando de todo romantizar uma realidade social que se apresenta complexa, mas sim procurando simplificar a motivação que me levou a caminhos mais cinzentos, que não são o dito “preto no branco”, e que muitas vezes são vistos, mas não percecionados.

Aqui chegada, crio a aspiração de poder começar o meu trabalho de campo, ingressando no Gabinete de Intervenção Social, tomando contacto com uma realidade que muitas vezes cai em esquecimento.

2. Referencial Teórico

2.1 O Desvio

Compreender como é socialmente construída a concepção de normalidade e de desvio é crucial quando tratamos questões relacionadas com o contexto prisional, reinserção e reintegração social, estigma ou preconceito.

A manutenção do equilíbrio social advém da regulação de sistemas de funcionamento regidos por quadros referenciais normativos e valorativos (Parsons, 1951), sendo que esses sistemas de normas e valores são apreendidos por parte dos sujeitos e procuram conferir coerência interna a certos sistemas ou contextos.

No entanto, a existência da norma *per se* não é suficiente, devendo por isso existir instituições que cuidem da aplicação das mesmas e do cumprimento dos sistemas normativos.

É importante a ressalva de que a abordagem através das dicotomias pode ser um filtro fundamental do argumento pois obriga a adotar um pensamento polarizado onde são equacionados opostos que são eles mesmos constituintes da realidade social. Para além de que, vejo perfeitamente aceitável e enquadrável o uso do discurso dicotómico quando abordada a realidade de estudo em causa, que paradoxalmente é definida pela existência de polaridades e disparidades se são necessárias à sua própria existência.

Assim surge a ideia de que a existência de normas implica automaticamente um desvio para com as mesmas (Lima, 2001). Esse desvio surge quando é notada por parte dos atores sociais uma inconformidade para com os conjuntos de normas estabelecidos que regem a ordem social, existindo, portanto, uma quebra com os valores comuns que orientam a ação estando necessariamente implícita a presença de mudança ou transformação social aquando o desvio.

Podemos olhar o desvio na maior parte das vezes associado a sanções - geralmente negativas - que são aplicadas através de leis jurídicas, leis essas que procuram impor as normas ideais de um comportamento regrado e que constituem em si um meio de veiculação para a rotulação de determinado fenómeno enquanto crime.

Ora, esta última questão da rotulação apresenta-se a meu ver como central no discurso aqui pretendido, incitando à desconstrução de uma ideia utópica de equilíbrio social.

Numa corrente interacionista que não procura analisar as causas do desvio, mas sim como o mesmo é construído enquanto fenômeno e problema social a nível relacional, surge a teoria da rotulação ou “The Labelling theory” proposta por Howard S. Becker.

Sendo que as questões do desvio começaram a ser abordadas pela Escola de Chicago em resposta à onda de migração que se fez notar no séc. XIX e inícios de séc. XX, os estudos recaíam então nas relações sociais que se desenrolavam dentro de um determinado espaço geográfico, tendo sido criada posteriormente uma forte associação entre o desvio e a criminalidade.

Lutando contra a noção de surgimento do desvio como resultado de conflitos e procurando antes compreendê-lo como um problema socialmente construído, os interacionistas debruçam-se sobre as várias redes de relações sociais que criam uma moralidade social, orientadora dessas mesmas relações.

Becker avança neste ponto com a teoria da rotulação, percebendo uma dinâmica de correspondências positivas ou negativas às expectativas que os atores sociais tinham uns dos outros. Querendo com isto dizer que nesta visão, o comportamento desviante passa a ser identificado e classificado enquanto tal pelas reações dos outros ao mesmo.

Becker avança ainda que o desvio não é uma qualidade atribuível e que permita a categorização dos indivíduos enquanto “maus”, mas sim o resultado da definição de certas atividades enquanto “más” ou puníveis. Logo aqueles que as praticassem eram rotulados de desviantes, aos olhos do “outro”.

Nesse jogo de julgamentos e (in)correspondências ao definido como socialmente aceitável, surgem como respostas o controlo, sanções e punição, dando-se assim uma institucionalização do “tratamento” das pessoas rotuladas (Lima, 2001).

Contudo, o interesse de Becker sempre se manteve orientado para o papel dos agentes nas relações e as consequências que advinham da rotulação. A seu ver a rotulação enquanto desviante dificultava a realização das atividades quotidianas dos indivíduos que em consequência dessa dificuldade se viam inclinados a praticar ações ditas “anormais” ou desviantes.

Será neste ponto que me focarei, em parte, ao longo deste estudo. De que modo poderá surgir aqui a teoria da rotulação como uma possível ajuda à compreensão da perpetuação do estigma e preconceito que podem levar conseqüentemente a maiores taxas de reincidência criminal ou insucesso da reinserção social que tanto são associados a indivíduos desviantes.

2.2 Instituições totais

Há que tornar claro que a reinserção social será, acima de tudo, a área de estudo privilegiada ao longo deste relatório, tanto a nível teórico como empírico. Contudo, por se apresentar como um fenómeno social total, que por definição se apresenta como uma expressão simultânea e única de múltiplas instituições (Mauss, 2001), ou digamos, áreas científicas, torna-se compreensível a análise da reinserção social numa base interdisciplinar por evocar o seu cariz altamente complexo e multifacetado.

Torna-se por isso pertinente referir alguns aspetos alusivos às instituições totais – mais especificamente as prisões - e à sua história e origem de modo a ganhar algumas ferramentas que nos permitam melhor trabalhar a realidade da reinserção social de ex-reclusos.

Recorrendo às instituições totais como modo de perceber um conjunto de processos que permitem uma produção social dos indivíduos, tanto a nível coletivo como simbólico, impossível seria não referir Erving Goffman como um dos pioneiros nesta temática, que avança com as primeiras definições na sua obra *“Manicómios, Prisões e Conventos”* (1961), enunciando o surgimento das instituições totais como modo de legitimar o controlo de normas “não-dominantes” ou desviantes, colocando em causa uma reconfiguração do sistema normativo, específico desse mesmo contexto, através de processos de confinamento, coação e rutura com a ordem social “exterior”.

Na sua leitura, apresentam geralmente tendências de fechamento social, erguendo uma barreira à relação social com o mundo exterior, podendo mesmo existir proibições à saída, como no caso das prisões. As mesmas destinam-se àqueles que acabam rotulados como desviantes por destabilizarem o funcionamento social dito normal, através dos seus comportamentos e ações.

No entanto, os indivíduos acabam por agir em conjunto num espaço restrito e delimitado sob uma única e rígida autoridade caracterizada por um forte plano racional orientador da ação. Acaba por ser feito um controlo e vigilância constantes, surgindo aqui margem para discussão sobre um possível esvaziamento de identidade daqueles que se integram nas instituições totais, devido ao carácter geral e totalmente impersonalizado que a autoridade racional das mesmas possa exercer.

Surge posteriormente Michel Foucault e o seu contributo na obra *“Vigiar e Punir-Nascimento da Prisão”* (1999), onde refere o surgimento da prisão como modo de punição para aqueles que prevaricavam socialmente. A prisão apresenta-se como

instituição completa e austera por ter como base de funcionamento mecanismos totalizantes de controlo e vigilância. *“Como não seria a prisão a pena por excelência numa sociedade em que a liberdade é um bem que pertence a todos da mesma maneira e ao qual cada um está ligado por um sentimento “universal e constante”? Sua perda tem, portanto, o mesmo preço para todos; melhor que a multa, ela é o castigo “igualitário”* (Foucault, 1999).

Foucault olha e analisa as prisões enquanto dispositivo disciplinar onde através de relações de poder-saber emerge o indivíduo transformado e reorientado, produzido enquanto sujeito (re)subjetivado. No entanto dificilmente se encontrará preparado para a realidade “exterior”, pois o modelo penal sucumbe em “fracasso” ao servir como mecanismo de (re)produção das desigualdades. Mais que isso, a prisão surge como criadora de delinquentes, por criar um meio de convivência potenciador de solidariedade, cumplicidade e hierarquização entre reclusos.

Ora, antes de ser feita uma reflexão sobre os processos exercidos no período de pós libertação do indivíduo, deve ser feita uma abordagem sobre o panorama de re-subjetivação dos indivíduos ainda durante o período de reclusão.

2.3 Intervenção Social

2.3.1 Durante a reclusão

Como modo de enquadramento da realidade portuguesa dos sistemas prisionais surge a Direção Geral de Reinserção e Sistemas Prisionais (DGRSP) que *“tem por missão o desenvolvimento das políticas de prevenção criminal, de execução de penas e medidas de reinserção social e a gestão articulada e complementar dos sistemas tutelar educativo e prisional, assegurando condições compatíveis com a dignidade humana e contribuindo para a defesa da ordem e da paz social.”* (Campos, 2015)

A DGRSP visa um acompanhamento contínuo do indivíduo condenado, procurando assim uma prevenção do surgimento de efeitos negativos posteriores e consequentes do período em que o indivíduo está privado de liberdade.

O sistema prisional português encontra-se atualmente no compromisso de se orientar cada vez mais para questões inerentes à individualização da pena, querendo com isto dizer que idealmente será feita uma avaliação do recluso, visando assim o seu melhor enquadramento valorativo, normativo, educativo, religioso e moral, durante o período de

reclusão. “A Lei 115/2009, de 12 de Outubro, adopta e reforça, em relação à anterior Decreto-Lei 265/79, de 1 de Agosto, um sistema de planificação individualizado, o qual se baseia na ideia da adequação às necessidades socializadoras do recluso.” (Campos, 2015)

Pressupondo então o tratamento dos indivíduos sob uma lógica ressocializadora, as necessidades individuais do recluso serão tidas em conta, sendo conseqüentemente desenvolvido um acompanhamento e trabalho com o mesmo tendo como objetivo final a reinserção e readaptação social assim como a diminuição da probabilidade de reincidência criminal.

Ora, a discussão que advém do total isolamento dos indivíduos, da rutura abrupta com os papéis sociais desempenhados anteriormente, da “arrumação e programação” dos indivíduos institucionalizados (Goffman, 1961), leva-me a questionar como é tratada a transformação do *self*.

Podemos referir uma possível recuperação do mesmo? Ou surge um novo indivíduo? Questões estas, a meu ver, profundas demais para o estudo em questão mas que não deixam de ser centrais na problemática erguida.

Numa visão foucaultiana a prisão para além da sua obviedade de sancionamento medido temporalmente, tem também como objetivo central a transformação do indivíduo. Devem ser por isso levadas a cabo técnicas corretivas por parte do aparelho disciplinar. Contudo, para a ação penitenciária ser alcançada plenamente, a reeducação deve ser totalizante e exaustiva.

Parece-me que o questionável se prende com as conseqüências dessa possível transformação, digamos do *self*, no processo de reinserção do indivíduo.

Sabendo a sociedade como uma força que modela os indivíduos e os indivíduos como produtos e produtores da mesma, o *self* passível de ser transformado deve ser tido em conta nas suas diversas instâncias.

Numa visão holística, entra em debate a vida quotidiana com base em processos interacionais, chamando a atenção para as conseqüências da reação da sociedade a determinadas ações, que dão início a todo um processo de estigmatização que gradualmente se vai incrustando e que afeta profundamente as dinâmicas e interações futuras. Uma vez existe normalização ou aceitação de certas ações como atos isolados ou periféricos, outras, o poder do olhar estigmatizante pode causar interiorização de rótulos desviantes e conseqüentemente uma reorganização identitária, deitando abaixo todo o processo transformativo que se deu durante o período de reclusão (Ferreira, 1999).

O *self*, edificado pela socialização e enquanto processo de desenvolvimento cognitivo é constituído pela sua parte crua, inata e instintiva, difícil de racionalizar, chamada de *I*. Em coabitação com o *I*, surge o *Me*, a parte do *self* que gere as expectativas sobre si mesmo e aquilo que pensamos que os outros pensam de nós. O *Me* objetiva o sujeito (*I*) através do processo de reflexividade, de compreensão de padrões de comportamento, de interiorização de normas e valores institucionalizados. (Mead, 1934)

Ainda o *Me*, permite a caracterização do indivíduo enquanto relacional, enquanto comunicador e enquanto capaz de partilha de significados.

Não querendo de todo simplificar algo tão complexo, questiono-me a que método possam os reclusos ser expostos para alcançar a tão desejável transformação e re-subjetivação no período de reclusão. Existirá efetivamente algum modelo transformacional que consiga equiparar a complexidade do *self* ao ponto de o transformar?

Segundo o Provedor da Justiça no relatório III feito em 2003 “... *verifica-se que 51% da população prisional masculina é reincidente, enquanto em 98 se registava um índice de 48%. A conclusão é, pois, a de um nítido agravamento da taxa de reincidência masculina, que se encontra sobretudo nos estabelecimentos maiores. Quanto à população feminina, regista-se uma diminuição das reclusas primárias em 4% relativamente a 98, o que também denota um certo agravamento na reincidência, agora situável na fasquia de 15%.*”, dados estes relativos a 2002, ano em que a população total de reclusos apontava para os 13168.

Apesar de não existirem dados concretos e atuais sobre estudos que incidam sobre a reincidência criminal, a ideia de que a mesma se tem vindo a perpetuar é dominante. Contudo não é possível apontar hoje para uma percentagem exata, o que pode levar a assumir uma ocultação premeditada da mesma por apresentar resultados menos desejáveis e possivelmente colocar em causa a efetividade do processo transformacional a que o sistema prisional se compromete primeiramente.

Todavia, não devem ser excluídas as medidas de reinserção que são levadas a cabo pelos Estabelecimentos Prisionais (EPs) e suas equipas técnicas, de modo a minimizar o “embate” com o exterior aquando a libertação dos reclusos.

Essas mesmas medidas de adaptação gradual à vida em sociedade consistem essencialmente numa flexibilização de execução de pena, acabando por tornar possível colocar os reclusos em Regime Aberto Virado para o Interior (RAVI) e Regime Aberto Virado para o Exterior (RAVE) a nível de desempenho de funções laborais ou ainda

serem concedidas Liberdades em Saída Jurisdicionais (LSJ) de modo a que os mesmos consigam alguns dias em liberdade para poderem procurar reestabelecer laços familiares, procurar apoios para a altura de libertação, ou apenas como modo de habituação progressiva ao exterior.

Claro que toda esta realidade acaba por ser traduzida num “jogo de conquistas” para que não sejam apenas concedidos direitos sem antes serem cumpridos os deveres.

Refletindo assim sobre a perpetuação da reincidência, e não justificando mas contextualizando, será que o processo de transformação do *self* está a ser plenamente alcançado durante o período de reclusão?

Até que ponto não deve antes ser focada a atenção numa potencialização das características individuais que muitas vezes acabam mal direcionadas, gerando atos delinquentes? Numa visão ressocializadora, essa potencialização e aproveitamento das qualidades individuais procura combater a anulação da identidade social (*self*) e trabalhar na sua (re)transformação de modo a fornecer bases reabilitadoras que permitam alcançar uma vida cada vez mais pro-social.

2.3.2 Pós-reclusão

Ora, o percurso da reinserção social começa desde logo no interior dos estabelecimentos prisionais, que contam com equipas técnicas que trabalham com os reclusos de modo a iniciar a sua preparação para a saída em liberdade, desenvolvendo os seus Planos Individuais de Readaptação (PIRs) que “*estabelece os objectivos a atingir pelo recluso, as actividades a desenvolver, o respectivo faseamento, bem como as medidas de apoio e controlo do seu cumprimento a adoptar pelo estabelecimento prisional, contemplando as seguintes matérias: Escolaridade e formação profissional; Trabalho e actividades ocupacionais; Programas; Actividades sócio-culturais e desportivas; Saúde; Contactos com o exterior; Estratégias de preparação para a liberdade*”. (2015)

No entanto, o panorama da pós-reclusão requer atenção. Apesar de o cenário ideal ser a reinserção integral do ex-recluso na sociedade, surgem na prática muitas variáveis que vêm abalar o decorrer esperado de todo o processo.

Alguns desses mesmos fatores que devem ser tidos em conta ao analisar esta realidade fazem sentir o seu peso quando surgem, por vezes, obstáculos a uma plena reintegração em consequência da dificuldade de aceitação por parte da comunidade

(Rodrigues, 2017), criando barreiras digamos “externas” que acabam por despoletar defesas “internas” nos indivíduos que são alvo de exclusão social, estigmatização, preconceito e rotulação “criminosa”.

Juntamente com a falta de recursos e de informação, indivíduos de uma faixa etária adulta e que após anos de reclusão não têm qualquer enquadramento habitacional, familiar ou económico, criam um segmento dentro da população (ex)reclusa, sobre a qual me proponho a estudar.

O trabalho desenvolvido pelas equipas dos estabelecimentos prisionais, que acompanham os reclusos ainda no tempo de cumprimento de pena são as primeiras a ter contacto com certas situações que carecem de maior atenção e avaliação por parte de entidades superiores, de modo a evitar a libertação de um indivíduo desprovido de qualquer estrutura que lhe permita refazer plenamente a sua vida em liberdade.

Sendo que o primeiro ponto de deteção do problema deve ser feito pela equipa técnica dos estabelecimentos prisionais, o passo seguinte será, portanto, o encaminhamento inter-institucional dos ex-reclusos para instituições anexas, associações ou centros de acolhimento que melhor respondam às suas necessidades aquando a libertação ou término da pena. Caso esse encaminhamento não aconteça ou a situação de emergência social não seja detetada, o pedido de apoio pode sempre ser feito autonomamente por parte do ex-recluso.

- Uma nova fase

Entra neste ponto a experiência de campo na IPSS O Companheiro, onde atuei no Gabinete de Intervenção Social tendo a oportunidade de entrar em contacto com diversos casos e onde pude realmente abraçar a dita frase “cada caso é um caso” e que quando se trata da reabilitação de indivíduos com graves lacunas na sua estrutura social e interna, a dimensão emocional e dos sentimentos deve ser altamente respeitada e avaliada.

A experiência de reclusão é vivida por cada qual de maneiras distintas, apesar de ser possível traçar certos padrões, aquilo que cada um constrói e comporta desse período de isolamento pode ser traduzido em graves consequências no seu processo de reinserção social.

A noção de que quando o apoio à reinserção é providenciado deve ser devidamente planeado e adaptado ao indivíduo sobre o qual vai incidir é efetivamente um ponto fulcral neste discurso. Uma proposta de promoção desse planeamento e acompanhamento pode

rever-se na elaboração de um Plano Individual de Inclusão (PII) que permite melhor conhecer os indivíduos, as suas necessidades primeiras e até mesmo as suas ambições e desejos de futuro de modo a harmonizar a elaboração dos seus projetos de vida.

Deve ser traçado um plano de execução contínua que mantenha em vista o objetivo de uma plena integração, sendo que a institucionalização após reclusão deve ser vista tanto pelas equipas técnicas como pelos institucionalizados como “um ponto de passagem e não de ancoragem”.

Contudo, pensando nas diferentes fases da vida que se tornam inerentes a esta população (reclusos e ex-reclusos) e tentando colocá-las num plano temporal e longitudinal, fala-se comumente de três fases, sendo elas o “Antes”; “Durante” e “Pós” reclusão.

Questiono-me sobre a aceitação de uma lógica tripartida como a mais adequada ao percurso de uma certa parcela da população ex-reclusa. Devendo, antes de mais, definir a tal parcela populacional a que me refiro como aqueles que se encontram no suposto período de pós-reclusão em situação de emergência social, de rutura e sem qualquer enquadramento, e que carecem de apoio institucional.

É de notar que para estes indivíduos o percurso idealmente tripartido se apresenta mais complexo. Terminando a dita fase “durante reclusão”, e pressupondo que o “pós reclusão” engloba um indivíduo re-subjetivado, transformado, dotado de capacidades de autonomização, há que ter como hipótese o facto de tal não acontecer.

Há que romper com a utopia de que o ideal é efetivado e dar conta de que após a fase “durante reclusão” surge por vezes um abismo ou um vazio, a tal zona cinzenta onde ainda nada está plenamente definido e instaurado. Inquieta-me que seja exigido um salto tal, que chega mesmo a ser arriscado, sobre uma fase que se torna crucial para esta parcela de indivíduos ex-reclusos.

Já segundo James (2015), (citado por Rodrigues, Ana Rita Ferreira (2017) p.32), existem 3 fases inerentes ao processo de reinserção social referentes a diferentes períodos da reinserção social, começando com programas ainda durante a reclusão, de seguida os programas edificados para dar conta do período de libertação, onde devem ser feitas diligências e encaminhamentos para os serviços adequados e por fim sim, os programas de longo-prazo que procuram uma reintegração plena e orientada sobre novos pilares e modelos comportamentais.

Seguindo a linha de caracterização “antes-reclusão”; “durante-reclusão”; “pós-reclusão”, talvez “entre-reclusão” se adegue para começar a tentar definir esta nova fase.

Por estar implementado por Lei que quando ajustado e favorável à reintegração o momento de libertação pode ser antecipado, uma grande percentagem da população reclusa encontra-se em liberdade antes da data oficial de término da pena.

Sendo estes os casos de indivíduos condenados a pelo menos 6 meses de prisão e que tenham cumprido metade da pena; indivíduos condenados a penas superiores a 5 anos e que já tenham cumprido 2/3 da pena e ainda indivíduos condenados a penas superiores a 6 anos e que já tenham cumprido 5/6 da pena o panorama indica a que a maior percentagem desta população, após sair em liberdade se encontra ainda na verdade “presa”. Presos a uma liberdade condicional, ainda sob monitorização, com obrigações de apresentações a entidades superiores e provas a apresentar de que estão a tomar diligências favoráveis à sua reintegração. Uma fase intermédia em que não estão plenamente livres nem absolutamente presos. Condicionados também – simbolicamente - pela esperança de que lhes tenha sido inculcada a capacidade de autovigilância, de autorreflexão e interiorização das normas e valores expectáveis de assumir...

No fundo encontram-se numa dupla prisão, aquela que referi, imposta por Lei e que advém da fase anterior, e outra paradoxalmente intangível que condicionará a fase seguinte. Refiro-me a esse segundo aprisionamento como aquele que advém do estigma, preconceito e marginalização que carregam, não por quererem, mas por integrarem que seja esse o olhar dos outros que se debruça sobre tais figuras “*temíveis*”, “*perigosas*”, quase como que “*doentes*”. Claro que sarcasticamente uso tais termos, mas não me parece aqui que a abordagem de Foucault no isolamento dos leprosos esteja tão distante de comparação quanto isso. E porquê paradoxalmente intangível? Bem, não é por não ser visto que não existe... O preconceito existe em si mesmo e está bem presente e palpável quando se reflete nas emoções e sentimentos de inadequação que muitos ex-reclusos se possam ver obrigados a sentir e que acabam por se traduzir em comportamentos desajustados.

Entre o “durante” e o “pós”, torna-se crucial erguer uma nova fase nos seus percursos para alguns elementos desta população. Talvez intitulada de “Restaurativa” ou “Recuperadora”. Digamos antes fase de “Reinserção/ Institucionalização”, fase esta que pode fornecer mecanismos de apoio à parcela da população de reclusos e ex-reclusos de que tenho vindo a falar.

A reinserção social entra aqui em campo numa tentativa de recuperação dos indivíduos que se encontram entre-reclusões. Surge como o trabalho que procura dar conta dessa fase intermédia, muitas vezes sob um suporte institucional.

Esta fase que não é vivenciada por todos, não deve, no entanto, ser esquecida. Deve sim, ser evidenciada e pensada. Tal como James (2015) avança, existem 3 fases no processo de reentrada na sociedade da população de ex-reclusos, acompanhadas por programas de inclusão social. Sendo eles programas que se iniciam durante o período de reclusão; no decorrer no período de libertação fornecendo meios de conexão entre os indivíduos e serviços de apoio e depois sim, a longo prazo, programas de acompanhamento e monitorização para o período pós-reclusão.

2.3.3 Reinserção social, uma instituição total?

Surge aqui a ideia de que, talvez, a reinserção social possa em si representar uma instituição total. Não por visar a punição como as prisões, mas sim o controlo e vigilância não repressivos, que através de metodologias institucionalizadas procura acompanhar de perto toda a integração num novo sistema de ressocialização daqueles em tempos “afastados”.

Ao fim e ao cabo o trabalho da reinserção social continua a levar a cabo a transformação do *self* sob pilares e orientações não punitivas mas sim recuperadoras.

Evidentemente muitas das características basilares das instituições totais assemelham-se às que orientam toda a ação da reinserção social enquanto processo interventivo.

Arrisco-me assim a propor uma metáfora com uma árvore, enraizada por uma base onde (re)colhe alimentos e erguida sobre um tronco que consoante o seu ambiente envolvente se vai desenvolvendo, crescendo e ramificando até por fim dar frutos, ou não. Ora, se olharmos para o conceito de instituição que aqui tem vindo a ser abordado podemos reparar em algumas semelhanças fisionómicas entre a constituição da instituição prisão e a instituição reinserção social.

Olhando a população-alvo como a raiz ou génese do seu surgimento e propósito, percebemos que também o tronco se apresenta o mesmo.

Esse tronco, tido como os traços gerais estruturantes de uma instituição total, tal como referido anteriormente, passa pelo acolhimento de certos indivíduos ditos “desviantes”, procurando uma reorientação normativa e valorativa dos mesmos. A par das prisões, a reinserção entra em cena no que toca à monitorização da implementação dessas novas normas e valores sobre reclusos e ex-reclusos aquando as suas saídas ou retorno à sociedade “exterior” aos muros.

Contudo devemos colocar a ênfase numa questão que se torna a meu ver central nesta comparação. O carácter optativo. Entrando aqui em campo as disparidades a que podemos chamar de ramificações de ambas as instituições em causa.

As ramificações de que falo definem-se pela orientação da ação interventiva e transformadora. Por antítese à intervenção penal, a reinserção trabalha contra uma anulação ou uniformização dos indivíduos - que se verifica durante a prisão - e sim a favor de um reaproveitamento e desenvolvimento de capacidades individuais. Indo de encontro a algumas questões já abordadas anteriormente, trata-se basicamente de uma distinção entre ramos punitivos ou recuperadores, digamos.

Quanto aos ramos punitivos, estes comportam um carácter obrigatório que anula o livre arbítrio, altamente racionalizados que ajudam a erguer assim uma instituição física e simbólica, a prisão.

Já a reinserção social, se a olharmos enquanto instituição simbólica, que faz uso (ou não) de espaços físicos de modo a dar apoio ao processo, esta comporta antes um carácter optativo. Querendo com isto dizer que os ex-reclusos podem escolher integrar, participar, recomeçar. Sem obrigatoriedade de permanência - apenas quando tal é imposto por entidades superiores durante o cumprimento de medidas alternativas à pena efetiva - , é evocado o livre arbítrio. Há uma tomada de controlo sobre si mesmo, procurando a implementação de autocontrolo e capacidade de orientação autónoma.

Jogamos aqui com o facto de a transformação do *self* durante o período de reclusão ser feita com sucesso ou não. Até que ponto o facto de alcançar uma transformação não apenas a nível comportamental, mas também a nível subjetivo não incutiria uma maior pré-disposição nos indivíduos para a mudança?

Será então a reinserção social um mecanismo de implementação de práticas resultantes da tal re-subjetivação do *self*? Ou produtora de novas técnicas transformativas?

Depois de esclarecidas as ramificações surgem os frutos, estando os mesmos inevitavelmente associados ao sucesso ou insucesso do percurso de reinserção.

De certa forma, só os indivíduos em questão os poderão colher na medida em que se apresentam ambivalentemente como produtos e produtores do seu percurso.

Os frutos, - entendam-se os mesmos - pelo resultado final do processo de reinserção social, representam a nível simbólico o alcance dos objetivos principais dos PIR's; PII's ou outros modelos de planeamento a longo prazo que possam ser erguidos em conjunto com os elementos da população reclusa e ex-reclusa.

3. Objeto de Estudo – “O Companheiro - IPSS”

3.1 Enquadramento

Fundada a 13 de fevereiro de 1987 pelo Padre Dâmaso, a IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social) O Companheiro, tem sede em Carnide desde então, tendo em 1991 efetivado os seus equipamentos sociais na Avenida Marechal Teixeira Rebelo, em Benfica, em terrenos doados pela Câmara Municipal de Lisboa (CML).

No seguimento de múltiplas visitas a estabelecimentos prisionais inspiradas pelo Sr. Padre Dâmaso, surge a inquietação de que os reclusos tinham mais apoio durante o tempo de reclusão do que após o termo da pena. Assim nasce a motivação de fundar uma “casa” que providenciasse vários apoios que preenchessem as lacunas na vida dos ex-reclusos.

A instituição tem ainda outros gabinetes que têm vindo a ser formalizados noutras zonas do país como a subdelegação de Tires, em parceria com a junta de Freguesia de S. Domingues de Rana e o Gabinete Sul em Lagoa em parceria com a Câmara Municipal de Lagoa onde se encontra esse mesmo gabinete. Para além disso estão a ser desenvolvidos outros projetos essencialmente a nível da implementação de programas psicoeducativos que procuram sinalização e acompanhamento de reclusos nomeadamente na zona norte – Paços de Ferreira no E.P. Vale de Sousa e na zona Centro no E.P. Leiria.

O Estágio em causa decorreu no principal equipamento social d’O Companheiro em Benfica pelo que todo o enquadramento e descrição institucional será referente ao mesmo.

As instalações são formadas por 7 complexos que albergam um total de 8 gabinetes de atendimento e todas as outras valências de apoio, distribuídos de forma concêntrica criando um pátio central que permite visibilidade 360° sobre todas as valências e gabinetes existentes. A Instituição não apresenta barreiras físicas como muros ou vedações nem como edifício fechado sendo por isso aberta à passagem de qualquer indivíduo e reduzindo assim o constrangimento à procura de apoio daqueles que o sintam necessário.

“Muitas das pessoas que procuram O Companheiro, encontram-se em situação de rutura familiar, laboral, afetiva e social, parte das vezes, associado a problemas clínicos, de extrema pobreza e elevada marginalização motivada, por inúmeros anos de

reclusão, sem quaisquer ações integradoras e de reabilitação” em Manual d’ O Companheiro.

O foco da intervenção social incide na população de reclusos, ex-reclusos e suas famílias. Porém, O Companheiro leva a cabo muitas outras ajudas comunitárias a famílias carenciadas de várias zonas de Lisboa e arredores, que passarei a explicar detalhadamente mais à frente.

Tendo como objetivo principal a inclusão psico-socio-laboral, juntamente com a prevenção do crime, a equipa desenvolve o seu trabalho estimulando e ministrando estilos de vida normativos e promovendo a aquisição de competências pessoais, sociais e laborais com o objetivo de que os clientes¹ assimilem autonomia e sustentabilidade como pilares orientadores da sua vida.

Posto isto, a intervenção psicossocial é levada a cabo em duas vertentes principais –prevenção e reabilitação.

Na vertente preventiva entra a ação técnica de toda a equipa, que ao acompanhar de perto cada caso, exerce o encaminhamento intra e interinstitucional. Na vertente reabilitadora são avaliadas as principais necessidades dos clientes de modo a melhor elaborar os seus PIIs e diagnósticos.

3.1.1 Valores e missão

A Instituição apresenta-se com uma política de qualidade que procura garantir uma prática de melhoria contínua com o objetivo de prestar serviços de qualidade que satisfaçam os clientes e parceiros dentro dos parâmetros legais e técnicos referentes ao âmbito da atividade desenvolvida pelo O Companheiro.

Missão: “Para que não haja Homem excluído pelo Homem”.

Visão: Promover estilos de vida normativos; Promover formação implementando a cidadania em população reclusa, ex-reclusa e suas famílias; Desmistificar preconceitos que inibam a inclusão; Procurar retomar e reforçar laços familiares; Enquadramento socioprofissional; Prevenir reincidência criminal.

Valores: Humanização; Devir; Responsabilidade Social

¹ O uso do termo cliente prende-se com o facto de a Instituição ser certificada em qualidade e exercer as suas funções segundo o regulamento de qualidade da APCER ISO9001, no qual ficou estabelecido que os indivíduos apoiados na mesma devem ser denominados de clientes por usufruírem de um serviço que lhes está a ser prestado.

“O Companheiro procura direta e indiretamente incentivar as pessoas em situação de exclusão social a dar novos passos de integração psicossocial, para que este seja um ponto de passagem e não de ancoragem” em Manual d’O Companheiro.

A dignificação do Homem com base no respeito, na cidadania, na reciprocidade é o lema que orienta toda a ação institucional, não permitindo a perpetuação dos erros, “acreditando, trabalhando e reconstruindo”.

3.2 Processos Chave – Residência

Em Portugal são muito poucas as instituições que apresentam as mesmas características interventivas que as d’O Companheiro.

Os primeiros meses após libertação são os mais críticos e que carecem de maior atenção pois a probabilidade de reincidência está bastante presente. Nesta fase surgem necessidades urgentes que se não forem alvo de intervenção podem comprometer a reintegração social dos indivíduos.

Muitos dos ex-reclusos que procuram o apoio d’O *Companheiro* “*encontram-se em situações de rutura com a família, trabalho, comunidade, vivendo com problemas de saúde e marginalização. A esta ausência de enquadramento social, profissional e familiar, acresce ainda, a ausência de enquadramento habitacional.*” em Manual d’O Companheiro.

Surge O Companheiro, com uma resposta residencial, que acolhe clientes do sexo masculino e com idade superior a 18 anos. A residência apresenta uma capacidade de 20 clientes, podendo ainda acolher mais 2 pessoas provenientes de acordo com a DGRSP em saídas judiciais.

A residência apresenta-se como o “foco” da instituição na medida em que representa a essência do surgimento da mesma. Em 1987, a fundação d’O Companheiro teve como principal objetivo o acolhimento de ex-reclusos que se apresentassem nas condições anteriormente referidas de rutura e desenquadramento, essencialmente habitacional.

Fisicamente apresenta 6 quartos partilhados; 1 sala de estar; 1 casa de banho com 3 lavatórios, 3 chuveiros e 3 sanitários.

Nesta valência, após acolhimento, é trabalhada a vertente reabilitadora com a elaboração de diagnósticos das várias esferas da vida do cliente, procurando compreender a sua história de vida e as suas necessidades de modo a iniciar a construção do seu PII.

Esta articulação entre cliente e instituição é sempre mediada pela equipa técnica do Gabinete de Intervenção Social (GIS), que orientam o seu trabalho sobre duas vertentes. A primeira, reabilitadora referida acima e na segunda, preventiva, quando necessário estabelecer encaminhamento intra e interinstitucionais quando se procura incidir sobre as causas dos problemas e não apenas sobre as consequências dos mesmos.

Nesta resposta social – Residência foram elaborados 7 processos chave para que a prestação dos serviços e desenvolvimento do processo seja feita com a melhor qualidade possível.

- 1- Candidatura
- 2- Processos de Avaliação
- 3- Admissão e Acolhimento
- 4- Plano Individual de Inclusão (PII)
- 5- Cuidados Pessoais e de Saúde
- 6- Plano de Atividades Socio-Culturais (PASC)
- 7- Nutrição e Alimentação

1 – A candidatura pode ser presencial, ou não. Contudo, a entrevista institucional deve ser sempre presencial de modo a ser estabelecido o primeiro contacto e prestação de informação necessária assim como esclarecimento de possíveis dúvidas.

É ainda nesta fase que é feita uma verificação dos requisitos mínimos de admissibilidade à Residência e enumeração dos seguintes procedimentos (Entrevista Institucional; Avaliação psicológica; Recolha/ verificação de informação clínica; Realização de teste de despiste de substâncias psicotrópicas).

2- O GIS após elaborar proposta de admissão, recorre ao GICP para realização de avaliação psicológica. Sendo que neste ponto é feito um apanhado de toda a informação referente ao cliente tanto a nível social como informação disponibilizada por entidades parceiras, quando o encaminhamento é feito pelas mesmas (DGRSP; SCML; Hospitais, entre outros).

Assim, a fase de processos de avaliação passa pela análise da informação social; avaliação do estado de saúde e avaliação psicológica detalhada de modo a adquirir índices de predição de comportamentos e funcionamento psíquico para emitir um parecer técnico e proposta de intervenção.

Nota: Pode por vezes acontecer a não existência de vagas na Residência pelo que existe uma Lista de Espera que é gerida de acordo com os critérios de admissão, que geram eles mesmo uma hierarquização dos clientes nessa lista.

3- Após tomada de decisão e parecer positivo à admissão na residência é aberto o Processo Individual (PI) que contém toda a documentação referente ao trajeto do cliente na instituição.

De modo a finalizar esta fase é elaborado um Contrato que engloba todos os serviços e atividades a prestar; direitos e deveres do cliente e d'O Companheiro; Participação monetária; Período de vigência do contrato (passível de renovação); Condições de interrupção e cessação do contrato.

Sendo explicadas as regras de funcionamento de acordo com o Regulamento Interno, as violações ou infrações das mesmas resultam em sanções proporcionais às mesmas, podendo ser leves (reprimenda); severas (aumento do controlo ou interrupção do apoio); muito graves (expulsão).

A cessação do contrato pode ainda ser imediata caso se verifique consumo de álcool ou drogas; agressões físicas e/ou verbais; não cumprimento do PII.

4- Plano Individual de Inclusão

Depois de reunidas as informações das 3 valências base do PII (GIS; GEFE; GICP) é feita uma revisão das necessidades e potenciais do cliente.

É sempre tido como ponto de partida o projeto de vida do cliente, a avaliação das necessidades de modo a manter as respostas e intervenção atualizadas e os potenciais de modo a poder desenvolver um trabalho contínuo com o cliente que permita o alcance do seu expoente máximo.

Deste modo o PII (Anexo I) alberga alguns domínios fundamentais à sua construção tais como: Bem-estar emocional; Relacionamento interpessoal; Bem-estar material; Desenvolvimento pessoal; Bem-estar físico; Autonomia; Inclusão social; Inclusão educativa/ laboral; Situação jurídico-penal.

O PII é tido n'O Companheiro como um instrumento que ajuda a organizar, operacionalizar e integrar todas as respostas necessárias e a delinear o trabalho a ser desenvolvido com cada cliente de modo a ir de encontro às suas expectativas e projeto de vida.

Este plano é sempre construído visando alguns objetivos fundamentais, sendo o primeiro deles a individualização e personalização do mesmo, salvaguardando os valores, objetivos e interesses dos clientes.

Sempre numa monitorização holística, o cliente é colocado num papel central, sendo-lhe conferido o poder de decisão e participação em todas as fases do seu processo. Assim, um dos objetivos é também identificar juntamente com a equipa técnica, ações que promovam a sua inclusão ao mesmo tempo que trabalha competências de (auto)reconhecimento das suas capacidades.

Todo o plano é orientado de modo a fomentar o incentivo de práticas que melhorem a qualidade de vida dos clientes, tornando-os assim autónomos e responsáveis pela manutenção do seu bem-estar quotidiano.

É ainda de notar que os clientes podem em qualquer momento que achem desejável pedir para consultar o seu PII e se necessário a sua reformulação.

Após a sua elaboração e validação, o acompanhamento técnico passa por ajudar a gerir problemas psicossociais que possam dificultar a vivência na residência ou alcance dos objetivos do cliente; providenciar apoio em fases críticas; analisar junto dos clientes possíveis consequências das suas práticas e integração na Residência; visar acima de tudo a satisfação do cliente para com o trabalho que é desenvolvido em conjunto de toda a equipa d'O Companheiro.

O PII deve ser revisto no mínimo de 3 em 3 meses, podendo esta revisão variar consoante a sua complexidade, de modo a medir a eficácia, eficiência e impacto no percurso dos clientes.

Contudo nunca deve ser esquecido o objetivo principal e final da integração dos clientes na valência da Residência, que recai nos vários processos de desenvolvimento de comportamentos sociais e pessoais, na gestão de conflitos e desenvolvimento de práticas de rotina laboral, higiénicas e de saúde com o fim de preparar a sua saída da residência e reintegração plenamente autónoma na sociedade.

5- Cuidados Pessoais e de Saúde

Este processo chave engloba 5 vertentes sendo elas:

- Orientação para cuidados de higienização pessoal: de modo a garantir as condições funcionais de cada cliente nas diversas esferas da sua vida. Sempre que necessário é feito acompanhamento ou esclarecimento sobre manutenção de higiene pessoal.

- Organização e higiene do espaço individual e coletivo: sendo a Residência um espaço coletivo, partilhado pelos clientes tanto nos quartos como sala de estar ou casa de banho, a sua higiene deve ser assegurada acima de tudo pelos seus utilizadores. No entanto O Companheiro disponibiliza um serviço de limpeza de 2ª a 6ª (das 08:00 às 17:00 – período de encerramento da Residência). Ainda como modo de monitorização da manutenção do espaço, é feita semanalmente por parte da equipa técnica uma vistoria à Residência avaliando a limpeza e arrumação dos quartos; o arejamento e cuidados com odores; a muda de roupa de cama regular; verificar se não são acumulados alimentos ou bens proibidos; organização dos armários e mesas de cabeceira (espaço individual de cada um).

- Tratamento de roupa: providenciado pela colaboradora de limpeza e Encarregado Geral da Instituição. No entanto a entrega e levantamento da roupa é responsabilidade dos clientes.

- Saúde: de modo a monitorizar o processo clínico dos clientes e apoiar na elaboração do seu plano individual de saúde. Este apoio feito por parte da equipa técnica pode requerer encaminhamentos e articulação interinstitucional com entidades especializadas de acordo com as necessidades clínicas de cada um.

- Administração da terapêutica: fornecida apenas mediante prescrição médica. Quando estão envolvidos conhecimentos técnicos específicos, a administração deve ser feita no Centro de Saúde ou outras entidades especializadas.

6- Plano de Atividades Socioculturais

As atividades socioculturais são primeiramente dirigidas aos clientes residentes, contudo, outros clientes que beneficiem de outro tipo de apoio da instituição que não a Residência também podem usufruir das mesmas.

O plano destas atividades deve ser construído com base nas necessidades e potenciais dos clientes, contando sempre com parcerias de outras entidades e voluntários.

Sempre com base em princípios de respeito e igualdade são levadas a cabo as atividades que procuram desenvolver a autonomia, individualidade, participação ativa e comunicação dos clientes.

O Plano Anual de Atividades Socioculturais pode conter temáticas bastante diversas indo desde lúdicas e recreativas a culturais, desportivas ou intelectuais/formativas (Workshops).

Contudo, apesar de poderem aparentar um carácter mais lúdico e optativo, o objetivo é que a assiduidade dos clientes seja regular e a participação ativa nas atividades propostas torna-se crucial de modo a monitorizar da melhor forma os resultados provenientes das mesmas.

8- Nutrição e Alimentação

Dado que a Instituição tem uma Cantina/ Refeitório, existe todo um conjunto de instruções de trabalho sobre boas práticas de manuseamento e armazenamento de produtos alimentares.

Uma alimentação saudável e equilibrada é uma das condições básicas para permitir uma melhor qualidade de vida. Assim, O Companheiro preocupa-se em elaborar ementas variadas sempre respeitando o contexto sociocultural dos seus clientes.

Para além disso, de modo a garantir a higiene das instalações e equipamentos, toda a informação necessária está exposta e explícita, sendo ainda importante referir que toda a equipa técnica que gere esta área alimentar se orienta de acordo com sistemas de higiene e trabalho presentes no manual d'O Companheiro.

3.3 Valências de apoio à comunidade

No âmbito de apoio à Comunidade, O Companheiro desenvolveu várias frentes de suporte à mesma.

É de notar que o GIS tem um papel fulcral, sendo ele o primeiro ponto de contacto para dar início aos pedidos de apoio. O GIS surge então como o “cartão de apresentação” institucional, como a primeira face da instituição que estabelece as primeiras relações e apresentações com os indivíduos, sendo que qualquer encaminhamento intra ou interinstitucional pressupõe sempre a sua origem neste gabinete.

No entanto, todos os pedidos de apoio devem passar por fases previamente estipuladas e institucionalizadas em que o GIS desempenha um papel essencial de orientação e monitorização:

Candidatura: pode ser efetuada presencialmente ou não pelos clientes que recorrem por iniciativa própria ou por encaminhamento de outras entidades. Nesta fase é feita uma avaliação dos critérios de admissão recolhendo os dados sociodemográficos do indivíduo e as suas necessidades e expectativas do pedido de apoio. São ainda esclarecidas eventuais dúvidas e apresentados os serviços e valências d'O Companheiro.

Entrevista Institucional: Caso sejam reunidos os critérios de admissão de candidatura é agendada entrevista institucional. Esta representa um instrumento técnico de recolha de informação mais criteriosa (dados sociodemográficos; historial clínico; historial judicial/ criminal e toxicológico; história familiar e percurso escolar e profissional). É nesta fase que deve ser estabelecido o início de relação de proximidade e comunicação entre os técnicos e os clientes de modo a fomentar um relacionamento saudável e colaborante entre ambas as partes.

Parecer técnico e encaminhamento: é emitido, ou não, um parecer por parte do técnico após avaliação da informação recolhida.

Encaminhamento intrainstitucional: caso o parecer seja positivo, o cliente é encaminhado para as valências d'O Companheiro que melhor vão de encontro à satisfação das suas necessidades.

Encaminhamento interinstitucional: caso o parecer seja negativo, é feito o encaminhamento e transmissão de informação necessária à/às Instituição/ões que poderão fornecer novo apoio.

Hierarquização e Aprovação: caso o cliente preencha todos os requisitos, mas não for possível apoio imediato por falta de vagas, o mesmo é inscrito numa Lista de Espera que segue critérios de hierarquização.

Acolhimento: caso o apoio possa ser providenciado de imediato, o cliente é posto a par de todas as normas de funcionamento, horários e técnicos da instituição e agendado o dia de começo do apoio prestado.

Acompanhamento social: engloba toda a monitorização e gestão de registos dos clientes e cada uma das valências e apoios.

- Banco Solidário

As valências de apoio comunitário são destinadas à população alvo da Instituição, podendo considerar famílias em situação de carência económica que não tenham tido qualquer problema com a justiça.

O Banco solidário ramifica-se em 3 setores. Banco Alimentar; Refeitório Social; Banco de Roupas.

- O Banco Alimentar tem como objetivo apoiar ex reclusos e suas famílias podendo apoiar cerca de 10% da população com carência económica, nomeadamente que residam em Carnide, Bairro Padre Cruz e Horta Nova. Atualmente, são apoiados 40 agregados familiares, perfazendo um total de 137 pessoas.

De modo a monitorizar todo o funcionamento deste setor os cabazes mensais são feitos tendo em consideração a dimensão e as características de cada agregado, sendo preenchidos impressos próprios com as quantidades de cada produto e que são, devidamente, assinados pelos clientes.

Nos dias da recolha é sempre feito o reagendamento das datas de recolha alimentar do mês seguinte.

- A Cantina Social surge no âmbito do Programa de Emergência Alimentar, cujo Protocolo foi estabelecido com a Segurança social.

As refeições diárias participadas têm vindo a diminuir por questões inerentes ao próprio programa, mas a Instituição serve em média 100 refeições por dia. Este s

Este serviço funciona de 2ª a 6ª feira ao almoço das 13:00H às 14:30H e ao jantar das 18:00H às 19:30H; Sábados ao almoço das 12:00H às 14:30H sendo nesse dia que os clientes levam as refeições de domingo.

Para além das pessoas que se deslocam diariamente até à instituição de modo a usufruírem do refeitório, são ainda confeccionadas e fornecidas refeições a outras entidades podendo estas ser escolas ou outros centros de apoio.

Assim o Refeitório Social apresenta um total anual de refeições confeccionadas superior a 30.000 refeições.

- O Banco de Roupas funciona 4 dias por semana sendo às 3ª e 4ª das 14:30H as 16:30H e 6ª e Sábado das 10:00H às 12:00H.

Esta valência é a mais assistencialista, pelo facto de existirem grandes quantidades de doação de vestuário à Instituição e a possibilidade de apoiar um maior número de pessoas ser efetivamente concretizável. Assim não existe normalmente exclusão ou recusa de ingressos neste apoio. É feito o procedimento administrativo e elaboração de folha individual de identificação do agregado para ser preenchida aquando a distribuição de roupa.

Quando os clientes se dirigem a Banco de Roupas devem ter como limite 6 peças de roupa por membro do agregado (Homem; Mulher, Bébe; Criança; Jovem), visto que a recolha pode ser feita mensalmente. Para além de vestuário existe ainda à disposição brinquedos de criança; utensílios de cozinha; mobiliário; conjuntos de lençóis e cobertores.

O Banco de Roupas apoia em média entre 100 a 150 pessoas mensalmente. Contudo, a constante reavaliação dos agregados quanto à necessidade de apoio é crucial

de modo a efetuar uma maior monitorização dos clientes e dos bens fornecidos pela instituição.

Nota 1.: Os clientes não podem usufruir de apoio simultâneo nos setores de Banco Alimentar e Refeitório Social.

Nota 2: Todos os clientes apoiados na valência de Banco Solidário devem ser reavaliados de 6 em 6 meses, ou sempre que necessário, de modo a apurar se o apoio institucional se continua a justificar como necessário.

- Medidas Judiciais

O Companheiro apresenta-se como Instituição de apoio ao cumprimento de medidas judiciais alternativas à pena de prisão. A monitorização e acompanhamento dessas mesmas medidas é levado a cabo pelas técnicas do GIS e sempre em articulação com a DGRSP e suas equipas penais.

A medida mais frequente n'Ó Companheiro é a Prestação de Trabalho a Favor da Comunidade (PTFC), sendo uma pena substitutiva de pena de prisão até 2 anos, efetivada com consentimento do arguido, consistindo em trabalho não remunerado a favor do Estado ou de outras entidades de interesse para a comunidade.

Entre as atividades prestadas nas instalações d'Ó Companheiro constam: Limpeza e manutenção dos espaços exteriores; limpeza geral; ajudante de cozinha; ajuda no projeto da Horta Urbana. No entanto, as atividades solicitadas são definidas consoante a experiência do cliente ou as características e capacidades do mesmo.

É andá de notar que no final do cumprimento da pena é feita uma avaliação do empenho, assiduidade, iniciativa e relacionamento com os demais trabalhadores da instituição por parte do prestador de trabalho e posteriormente transmitida aos técnicos da DGRSP responsáveis pelo seu processo.

- Horta Urbana

No espaço físico da Instituição existe um terreno de cultivo que para além de ajudar à obtenção de alimentos necessários à Cantina Social procura fomentar o desenvolvimento de práticas de subsistência e valorização ambiental; rentabilização do espaço agrícola; melhoramento das dinâmicas comunicacionais entre grupos; aprendizagem e promoção da qualidade de vida.

Qualquer elemento da comunidade pode demonstrar interesse em participar no Projeto Horta Urbana, sendo que devem ser cumpridas normas de utilização do espaço.

Os produtos de plantação podem ser adquiridos tanto pelo Companheiro (revertendo na totalidade para a Instituição) como pelos membros da comunidade que necessitem de uma área de cultivo, estando sempre inerente aos mesmos uma doação de parte dos seus produtos finais à Cantina Social. Contudo, todos os materiais necessários às atividades da Horta Urbana existentes na instituição serão disponibilizados aos seus utilizadores.

- Gabinete de Direitos e Deveres Fundamentais (GDFF)

Este gabinete visa o aconselhamento jurídico gratuito disponibilizando informações referentes aos direitos e deveres específicos de cada cliente.

Surge com o objetivo principal de reduzir disparidades sociais e reincidência criminal; promover a inclusão social e contribuir para o desenvolvimento da cidadania de cada cliente.

No decorrer dos processos os clientes são informados sobre as diligências e procedimentos a adotar para solucionar os seus problemas. Aqui é fornecida orientação e informação genérica de modo a orientar os clientes sobre onde e a quem se dirigirem da forma mais correta.

- Gabinete de Atividade Física e Desportiva (GAFD)

Surge como uma valência de apoio ao direito à atividade física e desportiva através da integração em programas e políticas inclusivas que combatem o preconceito, exclusão; estereótipo e desigualdades.

O Companheiro implementou 2 projetos: Projeto Mexe Comigo onde integram elementos dos 5 aos 22 anos, sendo requeridos 2 treinos obrigatórios por semana para aquisição do seguro e o Projeto Desporto é Companheiro onde integram elementos com idade igual ou superior a 22 anos, sendo requeridos 2 treinos obrigatórios por semana para aquisição do seguro.

Permite prática desportiva e várias modalidades como: Futsal; Futebol de Rua; Natação; Jujitsu; Equitação; participação em corridas que promovem a Instituição.

O controlo das dinâmicas inerentes a este gabinete é feito constantemente através de registos de presenças e participações, avaliação de comportamentos e condutas

adequados ao contexto e relatórios de avaliação anual de modo a contribuir para uma melhoria contínua das atividades desportivas.

- Gabinete de Intervenção Clínica e Psicológica (GICP)

Os psicólogos são responsáveis pela gestão deste gabinete, regendo a sua prática clínica de acordo com o código de ética e deontologia da sua profissão.

Têm como principais serviços prestados, consultas e acompanhamentos psicológicos com base no modelo cognitivo-comportamental; avaliações psicológicas; Programas psicoeducativos individuais ou grupais que trabalham o desenvolvimento de determinadas características e promovem competências específicas dos clientes.

A monitorização dos seus clientes é sempre assegurada através da elaboração de relatórios que possam relatar alterações comportamentais; emocionais ou outras mudanças significativas ao trabalho que é desenvolvido ao longo do tempo e em conjunto.

- Gabinete de Educação Formação e Empregabilidade (GEFE)

Gabinete que promove a inclusão laboral através do treino sistemático de desenvolvimento de técnicas de procura de trabalho. Tem como principal objetivo que os clientes alcancem autonomia na procura de emprego inculcando-lhes competências, hábitos e rotinas psico-laborais.

Foram desenvolvidos protocolos de atividade ocupacional em parcerias com entidades públicas e privadas que facilitam o acesso a postos de trabalho e simultaneamente contribuem para a eliminação do estigma e preconceito para com a população de ex-reclusos.

Os protocolos com entidades como a Camara Municipal de Lisboa; Junta de Freguesia de Benfica, S. Domingos de Rana e Odivelas; Metro de Lisboa; Carris e ainda algumas entidades empregadoras de construção civil, destinam-se exclusivamente aos residentes da instituição.

Contudo, qualquer outro indivíduo que esteja a ser apoiado nesta valência tem acompanhamento na Procura Ativa de Emprego (PAE) às 3ª e 5ª durante a manhã, presencialmente nas instalações d'O Companheiro junto da técnica do GEFE.

A PAE consiste no apoio prestado aos clientes na pesquisa de ofertas nas áreas pretendidas e nas candidaturas a essas ofertas. Para facilitar àqueles que não sabem utilizar os computadores sem apoio as ofertas de emprego são colocadas à sua disposição em formato papel onde devem assinalar aquelas que correspondem aos seus objetivos,

expectativas e que melhor se adequem às suas capacidades. As respostas às ofertas são enviadas com o apoio das técnicas ou pelos próprios.

Todos os clientes têm um e-mail, criado no GEFE, que se dedica única e exclusivamente à PAE, pelo que deve ser feita regularmente a gestão da caixa de correio de modo a verificar se existem respostas por parte das entidades empregadoras, transmiti-las aos clientes, prepará-los e encaminhá-los para entrevista.

O apoio prestado passa também pela elaboração de Carta de Apresentação, elaboração de currículos e por vezes, encaminhamento para o Instituto de Emprego Formação e Empregabilidade (IEFP), para centros de formação profissional ou mesmo entidades de ensino. São, ainda, realizados workshops que vão de encontro às necessidades formativas dos clientes.

- Práticas Educativas Positivas (PEP)

Esta projeto surge essencialmente com o objetivo de desenvolver estratégias psicossociais que promovam relações intrafamiliares que estimulem o desenvolvimento cognitivo e afetivo das crianças e de encorajamento e orientação dos pais nas suas funções parentais.

Foi criado um serviço de Orientação Vocacional e Métodos de Estudo que visa a orientação futura dos jovens e a sua preparação para o mercado de trabalho e o Programa de Métodos de Estudo que realiza sessões de estudo que procura incutir regras e hábitos de estudo e concentração aos alunos.

Para além disso é sempre realizado apoio psicológico e psicopedagógico que se direciona tanto às crianças e jovens como aos pais. Esse apoio é feito individualmente procurando incidir sobre as áreas identificadas para melhoramento.

Foi ainda criado o Atelier “Pensar, Entreter e Partilhar” que se encarrega de organizar mensalmente alguma atividade temática que desenvolva diversas competências essenciais e que envolvam as famílias mais carenciadas.

Cada criança que integra nas PEP tem um processo individual constituído por toda a documentação necessária ao acompanhamento de cada uma, pela documentação referente ao apoio psicológico, ao apoio nos métodos de estudo e orientação vocacional e ainda o seu plano de intervenção. Este último plano de intervenção visa fazer um apanhado das necessidades e esferas mais carenciadas da vida da criança, abrangendo a área familiar, social, afetiva/ emocional, saúde, habitacional, económica e escolar. A partir daí são traçados objetivos a cumprir e competências a trabalhar que são avaliadas

trimestralmente para garantir que o plano de intervenção está efetivamente a ser concretizado com sucesso.

- Escola Social

Projeto que existe desde 2017 com o objetivo de combater a exclusão social de modo inovador através de programas psicoeducativos dirigidos a problemáticas específicas com o principal objetivo de desenvolver competências psicossociais e também prevenir comportamentos desviantes.

Assim, é fomentada uma cultura orientada por valores de cooperação, solidariedade, empatia e respeito pelos outros. Prevenir a (re)entrada em trajetórias desviantes fornecendo competências psicológicas, emocionais, sociais e profissionais é crucial e necessário para o alcance de uma plena vida em sociedade.

A Escola Social é planificada e levada a cabo por um conjunto de psicólogos que se debruçam e orientam o seu trabalho sobre temáticas relacionadas com o desvio e essencialmente população ex-reclusa.

É ainda de notar que a frequência dos programas existentes na Escola Social comporta por vezes um carácter obrigatório, quando a mesma é imposta por entidades superiores como por exemplo o Tribunal de Execução de Penas (TEP). Noutros casos, a frequência dos programas é aconselhada aos clientes consoante as necessidades de acompanhamento e plano de reinserção estipulado.

3.4 Metodologia d'O Companheiro

Apesar de já ter vindo a descrever continuamente o plano metodológico de ação da equipa técnica d'O Companheiro aplicado a cada valência e resposta social, é importante esquematizar o modo operatório base que orienta todo o funcionamento institucional.

Claro está que a metodologia a ser seguida idealmente seria a apresentada em seguida, contudo, sabemos que certas áreas de vivência quotidiana nos obrigam a adquirir uma certa “flexibilidade”. A área da intervenção social não pode ser abordada sob uma perspetiva estanque. Há que ter em conta a personalização de cada caso, as especificidades de cada indivíduo e as suas necessidades e histórias de vida.

Contudo, O Companheiro segue-se por uma metodologia (Anexo II) que procura evitar não conformidades ou situações indesejáveis com o principal objetivo de trabalhar sob uma base de melhoria contínua.

De modo a simplificar o percurso de um indivíduo que beneficie do apoio institucional e da metodologia seguida pela equipa técnica, segue o seguinte:

- 1) Candidatura
- 2) Entrevista Institucional como instrumento de recolha de informação social do indivíduo e que servirá posteriormente para emitir parecer positivo ou negativo
- 3) Inserir a informação na Base de Dados Institucional sempre respeitando a Política de Privacidade dos clientes.
- 4) Encaminhamentos intra e interinstitucionais consoante necessidades dos indivíduos
- 5) Seguintos; Atendimentos; Acompanhamento dos casos
 - 5.1) –Caso seja cliente residente é elaborado o PII que é revisto e reavaliado trimestralmente de modo a avaliar as diligências e alcance de objetivos previamente estabelecidos por parte do cliente.
 - 5.2) –Caso seja cliente NÃO residente, é feita uma reavaliação semestral da informação social que consta na entrevista institucional de modo a avaliar a pertinência de continuidade de apoio na Instituição.
- 6) Garantir o Serviço em Qualidade em todo o trabalho desenvolvido dada a certificação por parte da entidade APCER.

4. Metodologia

4.1 Intervenção em campo

A intervenção em campo ficou claramente definida pela definição do próprio objeto de estudo. Por concretizar o estágio n´O Companheiro, automaticamente passou a ser esse o meu campo de observação e intervenção.

Tendo como objetivo principal incidir sobre a reinserção social e as trajetórias transformacionais dos ex-reclusos, a abordagem será qualitativa. Sendo que as abordagens qualitativas fornecem uma perspetiva mais interpretativa, de pormenor e detalhe de determinado fenómeno social, não poderia ser colocada outra em hipótese

quando se procuram explicações na dimensão dos simbolismos, reflexões, ideias, pensamentos e sentimentos dos indivíduos sobre certa realidade em que se inserem.

A abordagem qualitativa por não ser tão rígida como a abordagem quantitativa, permite uma maior amplitude de possibilidades ao investigador em como se debruçar sobre as suas temáticas de investigação. Obrigando assim a outros modos de reflexão de modo a captar certos aspetos mais subjetivos adjacentes a questões comportamentais, relacionais, dinâmicas e processuais. Em suma, fornece noção de movimento e transformação.

Deixando – por agora - um pouco de parte as questões de abordagem qualitativa, que serão pertinentes aquando a análise de conteúdo das entrevistas realizadas, noto importante fazer algumas referências relativamente a trabalho de campo.

Importância de uma entrada harmoniosa, serena e discreta em campo foi desde início uma preocupação, de modo a minimizar estranheza por parte dos elementos da população apoiada na Instituição.

Diariamente é desenvolvida uma rotina tanto por parte da equipa técnica como por parte dos clientes apoiados e institucionalizados pelo que causar a mínima interferência nessa mesma rotina foi crucial.

O trabalho levado a cabo prende-se em grande parte com a dimensão relacional e interpessoal onde são estabelecidas relações entre equipa técnica e clientes que procurem ao máximo dissipar quaisquer sentimentos de insegurança ou desconfiança por parte daqueles que são apoiados. Uma relação estabelecida com base no respeito, comunicação e empatia é um dos pilares basilares do trabalho diário, contudo deve sempre ser assegurada a assertividade e autoridade necessárias a cada indivíduo e situação.

A minha posição no campo implicou o ingresso no GIS, criando inevitavelmente um distanciamento hierárquico e autoritário para com a população na Instituição apoiada. Daí todas as preocupações enunciadas anteriormente serem um ponto central a preservar de modo a que o fosso entre posições no campo fosse atenuado.

Foi adotado o plano funcional e metodológico da própria Instituição, já referido anteriormente. Assim a experiência etnográfica marcou-se por uma observação participante, na qual foram levadas a cabo múltiplas tarefas interventivas, com o objetivo de recolher o máximo de experiência e informação que suportassem o presente relatório.

Nunca esquecendo que se trata de uma investigação de cariz sociológico, o olhar mantém-se atento a questões como: a perpetuação do estigma e preconceito na realidade vivenciada pela população ex-reclusa; o trabalho de re-subjetivação dos ex-reclusos nas

fases de reclusão e pós-reclusão; transformações do *self*; análise da reinserção social em ambiente institucional e suas nuances. Com uma definição clara daquilo que procuro observar, o olhar orienta-se e atenta-se de acordo com os objetivos.

4.2 Descrição do trabalho de campo

As minhas funções em campo prenderam-se essencialmente com o acolhimento, encaminhamento e acompanhamento de clientes; Vistoria à residência dos clientes; envolvimento no projeto PEP; apoio nas valências do Banco Alimentar e de Roupas e ainda apoio em eventos pontuais de dinamização d'O Companheiro em ações de sensibilização ou recolhas alimentares. (Anexo III)

No entanto, surgiram sempre alguns obstáculos relacionados com questões de posições de poder, que tal como referido anteriormente, se apresentam como uma questão crucial de modo a evitar distanciamento entre técnicos e clientes apoiados. A resistência, suspeita e desconfiança por parte dos clientes surgem também como fatores constantes a abolir, obrigando a adotar uma postura assertiva e simultaneamente empática.

Não poderia deixar de parte uma questão que, a meu ver, pode ser o reflexo de muitas outras questões que se possam levantar no quotidiano da Instituição. A equipa que trabalha diariamente n'O Companheiro é composta quase na totalidade por membros do sexo feminino.

Aqui, surge a questão de género com duas faces, a positiva e negativa, se assim as pudermos categorizar. Por um lado, sou adepta da noção de que um relacionamento que possa envolver discussão sobre temáticas mais sensíveis ou íntimas, - neste cenário institucional -, são favorecidas caso a interação seja entre indivíduos de sexo oposto, sendo neste caso específico a técnica ou psicóloga do sexo feminino e o cliente do sexo masculino. As interações quotidianas que tratam questões de foro emotivo e que possam exigir um maior grau de compreensão sentimental poderão ser privilegiadas quando exercidas sobre uma base heterossexual pois não está presente a necessidade de corresponder a expectativas de papéis de masculinidade que pautaram os seus comportamentos durante anos de reclusão. Digamos antes que a “pressão sobre o desempenho” em interação fica de certa forma atenuado.

Avanço ainda que, há que manter ciente que muitos dos clientes de população ex-reclusa que são diariamente apoiados na Instituição se encontram em situação de rutura, com historial de reclusão de grandes períodos de tempo, com grandes lacunas no que toca

a ferramentas de relações interpessoais e acima de tudo incorporam muitas vezes sentimentos de inferioridade, revolta, rebaixamento, desilusão ou vergonha para com a situação atual em que se encontram.

Por outro lado, tendo em mente o anteriormente referido, surge simultaneamente a outra faceta das relações entre técnicas/psicólogas e clientes. Quando a posição de poder está previamente definida pelo cargo exercido e acima de tudo pelo papel desempenhado no campo em questão, a não aceitação da autoridade exigida ao papel de técnica/psicóloga é uma possibilidade.

Com isto quero dizer que o arquétipo da ideal figura feminina “frágil”, emocional e mais fácil de alcançar pode tanto jogar a favor como contra no decorrer das interações quotidianas.

Como obstáculo final apresento um entrave a nível mais prático, sendo que o acompanhamento de casos não foi totalmente possível dado ser uma questão que deve ser acompanhada de perto pelas técnicas e ao longo de todo o tempo e percurso que o cliente usufrua de apoio institucional. Assim por estar a frequentar um estágio esse acompanhamento teria que ser posteriormente rompido. As tarefas mais ativamente desempenhadas foram as de fase inicial do processo, fazendo a entrevista institucional e encaminhamento devido consoante necessidades do cliente, mas o restante percurso do mesmo foi apenas acompanhado como técnica “observante”.

4.3 Entrevistas

Dada a complexidade do contexto a ser abordado e de nele se integrar uma população “de difícil acesso” a amostra não terá como objetivo primário ser representativa, mas sim demonstrativa da realidade em estudo.

Tal como o campo de observação se autodefine também a unidade de análise fica automaticamente definida por ser aqui abordado um contexto social específico. A escolha da amostra não será neste caso estritamente representativa, mas sim característica da população.

De modo a respeitar o trabalho desenvolvido pelos psicólogos a nível individual com cada indivíduo, não serão abordadas quaisquer questões relacionadas com o crime cometido ou suas motivações.

O objetivo prende-se com o ponto orientador do discurso que tem vindo a ser desenvolvido: fazer uma abordagem sobre as trajetórias transformacionais na população

ex-reclusa adulta em contexto de reinserção social e apoio institucional, fazendo uma análise das diferentes fases da vida dos entrevistados.

A própria estrutura da entrevista procura fazer trabalhar um discurso de retrospectiva e prospetiva por parte dos entrevistados, de modo a perceber como os mesmos avaliam o seu enquadramento nas múltiplas esferas e etapas da sua vida

Assim, o momento da entrevista será tido simultaneamente como um instrumento de recolha de informação e aplicação do PII e como um instrumento de trabalho que obriga a desenvolver competências expectáveis dado o percurso institucional dos clientes.

O guião elaborado (Anexo IV) contempla as diversas áreas que permitirão melhor alcançar a trajetória transformacional dos indivíduos a nível temporal, aprofundando os períodos “Antes-reclusão”; “Durante-reclusão”; “Reinserção/ Institucionalização” e “Pós-reclusão”. As dimensões de análise foram estabelecidas tendo como base o PII, de modo a abordar áreas que sejam efetivamente trabalhadas no período de reinserção/ institucionalização. Assim, os indicadores repetir-se-ão ao longo das 4 dimensões de análise de modo a obter uma melhor aproximação e visão do carácter transformacional que a experiência da reclusão pode comportar na vida da população em estudo.

A entrevista elaborada apresenta um cariz semi-diretivo na medida em que foram eleitas perguntas orientadoras de resposta aberta, as quais foram alvo de monitorização e readaptação ao longo da entrevista por parte da entrevistadora.

Foram realizadas 6 entrevistas a indivíduos adultos do sexo masculino com idades compreendidas entre os 30-75, que foram gravadas em formato Audio e posteriormente transcritas na íntegra. Os escalões de idade como critério de seleção estão repartidos do seguinte modo: [30-45]; [46-60]; [61-75], sendo que em cada escalão foram entrevistados 2 indivíduos.

Uma vez mais reforço que dado o tipo de população-alvo do estudo não ser de fácil acesso, no sentido em que apresentam alguma resistência a este tipo de exposição, o número de entrevistas realizadas será reduzido e os elementos escolhidos por conveniência por se encontrarem institucionalizados na instituição que representa o objeto de estudo do presente relatório.

O consentimento informado de prestação de informação será devidamente preenchido tanto pelos entrevistados como pela entrevistadora e a confidencialidade dos dados pessoais será sempre assegurada.

4.4 Tratamento de dados

Os dados recolhidos através das entrevistas encontram-se devidamente inseridos em diferentes grelhas de análise de conteúdo (Anexo V), cada uma respeitante a uma dimensão de análise, perfazendo um total de 4 grelhas. Nas mesmas constam excertos do discurso afetados a cada um dos indicadores que cada fase comporta e que se apresentem relevantes para a demonstração do apanhado teórico. A seleção desses mesmo excertos foi feita com base na atribuição de cores distintas a cada um dos indicadores, tendo sido feito o preenchimento de texto a cor nas entrevistas.

	Idade	Escolaridade	Primário/ Reincidente	Total anos reclusão	Tempo de liberdade desde última detenção
I1	61	4º	Reincidente	17anos 3 meses	2 anos 2 meses
I2	34	Analfabeto	Reincidente	14 anos	2 meses
I3	58	Analfabeto	Reincidente	13 anos 7 meses	1 ano
I4	60	4º	Reincidente	21 anos 7 meses	9 meses
I5	31	11º	Primário	5 anos	9 anos
I6	47	4º	Reincidente	3 anos 6 meses	1 ano

Fig.1 Grelha de caracterização sociocultural e jurídico-penal dos elementos entrevistados.

Em suma e tendo em conta o enquadramento sociocultural e jurídico-penal, foram entrevistados 6 elementos de nacionalidade portuguesa, naturais de diversas áreas de Portugal continental e ilhas, não sendo apresentadas as mesmas por não constituírem dado relevante para a análise seguinte.

Foi atribuída a cada um dos indivíduos uma legenda (I1; I2; I3; I4; I5; I6) para o tratamento de dados do presente estudo de modo a garantir a identidade dos mesmos.

Dos 6 elementos entrevistados apenas 1 (I5) era primário, constando apenas uma detenção no seu processo. Todos os outros se apresentam como reincidentes, querendo com isso dizer que no seu processo constam mais do que 1 pena de prisão efetiva.

Apenas o I5 apresenta uma escolaridade superior sendo que todos os outros elementos não ultrapassaram a 4ª classe, e ainda 2 deles apresentam analfabetismo.

As dimensões de análise escolhidas para suportar a elaboração da entrevista prenderam-se com o facto já referido anteriormente de ser utilizado um instrumento que não causasse estranheza ou que entrasse em inconformidade com aqueles que são utilizados ao longo do trabalho desenvolvido pela equipa técnica da instituição. Assim, a dinâmica familiar; relações interpessoais; relações amorosas/ afetivas; atividade profissional e dimensão emocional surgem como as principais esferas de análise (indicadores) e que melhor permitirão uma análise de trajetórias transformacionais ao longo do percurso dos entrevistados.

Antes de proceder a uma análise mais detalhada e parcelada do conteúdo das entrevistas, há que fazer a ressalva de que é tido em conta que a informação prestada acerca da instituição e satisfação (ou não) dos entrevistados para com a mesma pode ser considerada informação enviesada pelo que a mesma não será abordada extensamente na análise seguinte.

Trajectoria de Dinâmica Familiar:

Fase “Antes Reclusão” – Todos apresentam grandes lacunas a nível de relacionamento familiar. Apesar de ser referida uma presença dos progenitores na vida familiar antes da primeira detenção, nunca são referidos como figuras centrais ou de referência. Aqueles que referem mais ativamente a presença dos progenitores é de modo a evidenciar a má relação que existia ou o distanciamento emocional para com os mesmos.

Em dois casos (I3 e I6) são ainda referidos consumos excessivos de álcool por parte da figura paternal.

Em todos os casos é notada uma grande deficiência a nível de parentalidade ativa ou presença de figuras familiares orientadoras.

Fase “Durante Reclusão” – Neste período, a perda praticamente total com qualquer elemento familiar é quase geral. Apenas o I6 afirmou manter contacto com os filhos durante fase inicial de reclusão.

Fase “Reinserção/ Institucionalização” – À data da entrevista nenhum dos elementos tem qualquer relação de proximidade com elementos da família.

Fase “Pós Reclusão” – 3 dos elementos (I2; I3; I4) não demonstraram qualquer vontade de vir a reestabelecer laços familiares no futuro. Os outros 3 elementos (I1; I5; I6) verbalizaram esperança de vir a reestabelecer ligações familiares.

Análise geral – A trajetória familiar começa desde início com grande ênfase no distanciamento e falta de suporte familiar. Foi notado que o fator “reclusão” é

determinante no rompimento dos poucos laços que pudessem existir, pelo que poucos dos indivíduos expressaram vontade séria ou convicta de voltar a encontrar e restabelecer laços familiares. Assim, a relação retirada passa pela percepção de que a dinâmica familiar e presença de elementos familiares nas rotinas e vida quotidiana não se apresenta como fator basilar para uma reinserção plena. Ao longo dos discursos foi notada uma grande centralização do mesmo no “eu” e nas melhorias que os mesmos sentem que devem sofrer e alcançar.

Trajetória de Relações Interpessoais:

Fase “Antes Reclusão” – 3 elementos (I3; I4; I6) referiram uma vida social pouco ativa antes da primeira detenção, afirmando uma personalidade mais solitária não mantendo relações vinculativas com grupos de amigos/ pares.

Os restantes referem grupos de amigos, contudo o tipo de relações interpessoais não é referenciado como fortes ou saudáveis, mas sim com algum distanciamento e uma conotação de “ocasionalidade” de convívio por exemplo em cafés ou bares.

Fase “Durante Reclusão” – Todos os elementos referem boas relações tanto com os restantes reclusos como com guardas prisionais. As relações com os restantes reclusos são muitas vezes referidas como necessárias e com os guardas prisionais foi notada uma cordialidade relacional sem nunca serem avançados grandes pormenores ou episódios que impliquem os mesmos.

No entanto, sempre que questionados sobre técnicas sociais que tenham desempenhado acompanhamento social e psicológico durante o período de reclusão, todos emitiram parecer negativo. Reforçando a ideia de que as mesmas não foram fator decisivo no seu processo de reinserção, muitas das vezes nem lembrando o nome das mesmas, transmitindo assim uma ideia de grande distanciamento e indiferença para com o trabalho que foi desenvolvido junto das mesmas.

Fase “Reinserção/ Institucionalização” – À data da entrevista todos os elementos transparecem no seu discurso um grande distanciamento para com os que os rodeiam. Apresentam um discurso dito politicamente correto e socialmente aceite afirmando não ter conflitos com ninguém e assumindo uma postura respeitadora perante todos.

Aqueles que referem proximidade atual com alguém que não seja do seio familiar (I2; I4), referem-na com certa obsessão ou ênfase na relação mantida.

Fase “Pós Reclusão” – Nenhum dos elementos refere ambição de estabelecer relações interpessoais estáveis e próximas. Referem-se a grupos de amigos ou conhecidos do passado com uma certa desconfiança, distância ou desilusão, levando assim a assumir uma posição de precaução no que toca à abertura a conhecer novas pessoas.

Análise geral – Antes da reclusão são poucas as referências aos grupos de amigos e convívios com pares, outras vezes a única referência é a solidão. É referido por parte dos entrevistados que o afastamento dos grupos sociais e de convívio anteriores, durante o período de reclusão, foi inevitável e muitas vezes até desejado por parte dos mesmos.

No entanto há que manter em aberto a hipótese de ocultação de alguma informação dado o contexto em que decorre a entrevista e a relação estabelecida em campo entre entrevistado e entrevistadora. Será presumível que a conotação das relações mantidas atualmente e o tipo de atividades desenvolvidas nos tempos livres seja omitida.

Ao longo de todas as fases abordadas, a palavra “distanciamento” vai ganhando cada vez mais força, sendo a mesma um fator comum a todos os discursos analisados.

Trajectoria de Relações Amorosas/ Afetivas:

Fase “Antes Reclusão” – Os entrevistados tinham relacionamentos amorosos de médio/ longo prazo antes de serem detidos (I1; I2; I3; I4; I5) sendo que apenas o I6 estava sozinho à data da primeira detenção.

É ainda de referenciar que alguns dos elementos (I1; I4; I6) já tinham filhos aquando a primeira detenção.

Fase “Durante Reclusão” – Todos os relacionamentos terminaram pouco tempo após a detenção.

É de referenciar que I3 e I4 tinham relacionamentos amorosos que estiveram diretamente relacionados com o motivo de condenação.

Nenhum refere surgimentos de novas relações neste período das suas vidas.

Fase “Reinserção/ Institucionalização” – Atualmente, nenhum dos elementos tem relacionamento amoroso estável nem demonstra desejo de vir a ter a curto prazo.

Nesta dimensão foi notada uma grande assertividade sobre a renegação de relações amorosas ou afetivas.

Fase “Pós Reclusão” – Todos referem ter o desejo de vir a ter uma relação amorosa no futuro, contudo, é adotado um discurso muito cético e retraído quanto à possibilidade de tal vir efetivamente a acontecer. Foi notada postura de resignação quanto ao assunto, ou antes, quanto à solidão.

O discurso sobre esta dimensão apresenta pensamentos muito contraditórios, existindo momentos em que verbalizam o desejo de vir a ter alguém e outros em que por antítese afirmam que preferem ficar sozinhos dado o compromisso e confiança que uma relação futura possa comportar.

Análise geral – A trajetória amorosa apresenta em certa medida um padrão identificável em todos os discursos. A separação é comum a todos e geralmente “a mal” ou com grandes desilusões associadas.

Contudo, os elementos I2 e I5 que são os mais jovens, não referem historial de muitas relações ou experiências marcantes referentes a essa dimensão. Os restantes referem-se à figura feminina com um certo romantismo apesar do desfecho que todas tiveram.

O passado amoroso e afetivo atribulado que quase todos apresentam surge neste caso como possível fator explicativo para a postura assumida atualmente para com o tema “amor”. O mesmo é verbalizado com banalidade, indiferença e desilusão acabando por ser erguida uma barreira que leva à renegação de uma relação amorosa futura, estável e saudável.

Trajetória de Atividade Profissional:

Fase “Antes Reclusão” – Apenas os elementos mais novos (I2 e I5) referem nunca ter tido qualquer tipo de atividade profissional antes da detenção. Todos os restantes demonstraram entusiasmo quando referido o historial de atividade profissional no passado.

Fase “Durante Reclusão” – Todos os elementos desempenharam funções/ ocupação laboral durante o período de reclusão e a referência à atividade profissional no tempo de prisão como um fator positivo e formador é unânime.

Foi notado esforço em todos os discursos por demonstrar e detalhar todas as áreas em que já desenvolveram algum tipo de atividade, existindo mesmo bastantes repetições discursivas.

Fase “Reinserção/ Institucionalização” – Neste ponto deve ser feita a nota de que para os clientes serem apoiados na instituição em questão, têm como obrigatoriedade a ocupação laboral. Logo, todos os elementos entrevistados encontram-se de momento a desempenhar algum tipo de função.

No entanto, posteriormente será pertinente analisar o tipo de empregos que a população ex-reclusa apresenta propensão a desempenhar.

Fase “Pós Reclusão” – Todos têm objetivos de futuro traçados quanto ao seu percurso profissional. A nível de ambições não é possível estabelecer um padrão, sendo todas muito diferenciadas entre si.

Análise geral – É facilmente identificável que a dimensão profissional surge aos olhos de todos como um fator fundamental para a reinserção e fator de sucesso no futuro.

A disposição e vontade em conversar e partilhar sobre o tema é elevada, levando mesmo a crer que todos tomam a dimensão profissional como uma das dimensões mais gratificantes das suas vidas.

A fase de entrevista que abordou a trajetória profissional foi a mais detalhada sem serem precisos muitos reforços ou reformulações por parte da entrevistadora. De certa forma, foi transparecida a noção de que ao expor o seu percurso profissional e todas as funções e tipo de atividade já desempenhadas, se comportava um sentido implícito de afirmação sobre aquilo que fizeram de “bom” e “bem”.

Foi também a dimensão que apresentou respostas mais assertivas quanto às expectativas e ambições de futuro.

Trajectoria de Dimensão Emocional:

Fase “Antes Reclusão” – As emoções e sentimentos facilmente identificáveis no discurso ou mesmo expressos verbalmente nesta fase da vida apresentaram-se como “infeliz”; “vergonha”; “fraqueza”; “imaturidade”, bem como outros fatores que surgem como influenciadores/ desestabilizadores do bem-estar emocional dos entrevistados ao recordarem esse período como “consumos excessivos” ou “problemas com a família”.

Fase “Durante Reclusão” – As emoções e sentimentos facilmente identificáveis no discurso ou mesmo expressos verbalmente nesta fase da vida apresentaram-se como “revolta”; “vergonha”; “culpa”; “solidão”; “ódio”; “raiva”; “resignação”; “aceitação”; “interiorização” e “superação”.

Fase “Reinserção/ Institucionalização” – As emoções e sentimentos facilmente identificáveis no discurso ou mesmo expressos verbalmente nesta fase da vida apresentaram-se como “sinceridade”; “sensibilidade”; “aprendizagem”; “respeito”; “arrepentimento”; “choque”; “desilusão”, sendo ainda de notar a forte presença de capacidade de compreender o que mudou nas suas vidas.

Fase “Pós Reclusão” – Forte desejo de ser feliz, vencer, concretizar o que desejam no futuro. Serem ou continuarem melhores pessoas e que consigam alcançar mudanças que desejam. Desejo de prosperar na vida.

Análise geral – Nesta dimensão foram notadas muitas dificuldades em exprimir emoções ou em realizar uma autoavaliação, principalmente na fase “Antes Reclusão”.

Na fase atual nota-se maior facilidade em exprimir aquilo que sentem. Querirá isso dizer que está a ser percorrido um caminho para alcançar os resultados esperados e feito uso das ferramentas e ensinamentos que lhes são transmitidos pela equipa técnica da instituição (interiorização de certos ideais e formas de pensamento)?

No entanto é notada uma homogeneização das referências feitas quanto ao futuro e aquilo que mais desejam ser, bem como na panóplia de emoções e sentimentos referidos ao longo dos discursos.

Assim foi possível traçar um padrão forte em emoções negativas, com uma passagem para emoções digamos intermédias, onde ainda não é possível afirmar felicidade ou plenitude máxima do “eu” mas sim evidenciar a pessoa que precisam de ser hoje para alcançar a que querem ser amanhã.

Análises conclusivas:

Dado o número de elementos da amostra ser reduzido, não podem ser feitas generalizações após análise de conteúdo pois tal como já foi referido a mesma comportou um carácter meramente demonstrativo da população apoiada n’O Companheiro.

No entanto, a nível de escalões de idade, aquele que apresenta uma possibilidade de interpretação mais diferenciada é efetivamente o mais baixo, composto por um elemento de 31 anos e outro de 34 anos. Elementos esses que apresentam uma experiência de vida diferente dos restantes entrevistados, com um historial de atividade profissional quase nulo, bem como a nível amoroso. A reinserção laboral dos mesmos apresenta-se mais facilitada pelo fator “idade”, levando conseqüentemente a uma prospetiva futura por parte dos elementos mais promissora.

Os restantes elementos com 47, 58, 60 e 61 anos apresentam trajetórias similares nas dimensões familiares; de relacionamento interpessoal; amorosas e de atividade profissional. Quanto à dimensão emocional, a mesma é expressa de maneiras muito distintas e características do indivíduo em questão.

Apesar de terem sido predefinidas dimensões de análise e indicadores orientadores das entrevistas, inevitavelmente surgem novos tópicos e acima de tudo novas problemáticas.

Os entrevistados, quando questionados sobre o modo como a sociedade os recebeu aquando o momento de libertação, ou como foi sentida essa experiência de reentrada na

sociedade, nunca referiram qualquer sentimento associado a estigma ou preconceito como fator decisivo ou presente.

Será apenas uma tipologia de resposta que vai de encontro àquilo que acreditam ser socialmente desejável por parte da entrevistadora e contexto/ local em que a entrevista decorreu? Ou poderá antes ser uma máscara da qual se apoderam de modo a criar distanciamento da realidade que acaba por perpetuar as barreiras físicas dos estabelecimentos prisionais, mas agora simbolicamente? Nunca descartando a possibilidade de ser verdade, na medida em que todos referem grande solidão e afastamento para com “o outro” que os rodeia, e dessa forma não ter havido sequer impacto suficiente nas relações estabelecidas de modo a ser perceptível uma má reação ou não aceitação por parte da sociedade. Acrescentando ainda que as poucas relações sociais que possam ser estabelecidas apresentam um carácter muito pontual para além de que as atividades de ocupação de tempo livre e tipo de espaços frequentados são igualmente partilhados com os seus pares ou com população que se enquadra no tipo de população carenciada e que necessita de algum tipo de apoio institucional.

“E: Como sente que a sociedade o recebeu? I1: Bem... Aqui bem, se calhar na zona também me receberam bem quando lá fui, mas diferente não é... Os meus amigos e essas pessoas amigas receberam de braços abertos, a outras pessoas receberam mas a perguntar por outras coisas, a perguntar se há dinheiro se há isto se há aquilo, era a preocupação deles, então eu quis-me afastar dessa vida toda.”;

“E: E como sente que a sociedade o recebeu? (...) como acha que foi a receção? I3: Boa boa.”

“E: Como sente que a sociedade o recebeu? I5: Tranquilo. Ya também não está escrito aqui na cara que estive preso (risos) Sou uma pessoa sorridente e quê...”

Uma outra questão que suscitou dúvidas aquando a análise foi o facto de nunca em qualquer momento ser referida a palavra “saúde” por nenhum dos entrevistados. Por se tratar de população que esteve reclusa por longos períodos de tempo, seria expectável que os mesmos referissem algum tipo de desejo de voltar a restabelecer relações com aqueles que lhes eram mais próximos. No entanto, uma vez mais a forte presença de distanciamento, indiferença ou incompatibilidade nas relações tanto familiares, interpessoais ou amorosas que detinham, surge como reforço e possível explicação para a edificação de um novo *self*.

Refiro-me a esse novo *self* no seguimento da mudança que os próprios entrevistados referiram sentir – muitas vezes necessária – de modo a melhor se reintegrarem na sociedade. O fechamento social para com o que os rodeia parece surgir como mecanismo de defesa tanto para prevenir situações de conflito ou comportamentos desviantes como modo de proteção emocional tendo em conta as “desilusões” que referem ter tido no passado.

“E: E quem quer ter mais próximo de si no futuro? I1: Queria ter os meus filhos claro, (...) Agora, possivelmente como eu fiz tanta asneira eles não me procuram. E eu também não os procurei ainda.”

“I2: Também quando uma pessoa não tem apoio de ninguém sabe o que é que é... Quando não tem apoio de outras pessoas.”

“E: E com quem mantêm mais contacto? Tem alguém assim mais próximo de si neste momento? I3: Não não. O que eu tenho pronto é as pessoas daqui. Alguns! Nem todos.”

“E: E o que sente em relação ao seu passado, olhando para trás? I5: Uma lição de vida. Aprendi com os meus erros... Porque se calhar não sei... se eu tivesse enveredado por outro caminho no futebol haviam coisas que eu não saberia hoje em dia e se calhar ia valorizar pessoas que não têm esse valor estas a perceber?”

“E: Ou melhor, quem são o tipo de pessoas que quer ter próximas de si no futuro? I5: (sussurrar) não sei....”

“E: Quer ter pessoas que sejam suas amigas?... I5: Sim toda a gente quer pessoas amigas... quer dizer não sei... como já me desiludi não sei se acredito nesse tipo de coisas. (...) mas isto sou eu que resguardo-me...”

“E: Muito bem. E quem são as pessoas que tem mais próximas de si neste momento? I6: Oh... o trabalho! (risos)”

Por fim, surge o tópico referente ao relacionamento entre técnicas sociais e reclusos durante o tempo de reclusão. Ao longo dos 6 discursos analisados, o padrão de descontentamento ou sentimento de falta de apoio e compreensão por parte das técnicas é geral.

Tendo em conta que para o processo de reinserção social ser devidamente percorrido, o trabalho de sempre ter início no interior dos estabelecimentos prisionais e com perspectivas de ser alcançado com sucesso

“E: E com as técnicas? I1: Com as técnicas só agora, nesta última. Já não existia a reinserção social, só a primeira vez! A primeira vez existiu. Talvez porque eu era primário, porque foi a primeira vez que fui detido (ironia) (...) Agora não... Agora.... A segunda vez já não foi assim, a terceira pior... e esta agora muito pior...”

“E: E com as técnicas lá dos estabelecimentos prisionais? I2: Nunca faltei ao respeito a ninguém. **E: Mas dava-se bem com elas? O que achava do apoio que elas lhe davam na altura?** I2: Muito mau! **E: Porquê?** I2: Por um lado mau porque (pausa) não... não ajudavam a gente em nada. Tipo reclusos.”

“I3: (...) Ia lá à psicóloga... Ah... depois meteram lá um rapaz psicólogo que o rapaz nem sabia falar. E um dia disse a ele: olhe desculpe lá, eu venho aqui para entrar e sair, assim não vale a pena! É que o homem não sabia mesmo falar nada. Onde é que você tirou o curso? Eu estava entrando e já estava-me a mandar embora, então?! Como é que se fica? E acabou mesmo, depois desisti. Ah... tudo o resto... havia dias difíceis. Bem, aquilo é tudo muito difícil...”

“E: E o que tem a dizer do trabalho desenvolvidos com elas? I4: Não teve impacto nenhum. Nada.”

“E: E como era com as técnicas de la? I5: Tinha a Dra Teresa (psicóloga) que era 5 estrelas e a minha assistente social, já me esqueci do nome...”

5. Conclusão

Fazendo um breve apanhado do trabalho desenvolvido ao longo do período de estágio, surgem - em tom conclusivo - algumas notas importantes de mencionar.

Iniciei o meu discurso referindo a teoria da rotulação como um dos pontos de partida em que me basearia no decorrer do presente estudo. Contudo, o foco centrou-se inevitavelmente na temática da reinserção social e tudo o que possa estar adjacente ao mesmo. Assim, dada a população em estudo se encontrar institucionalizada e ainda com o contributo de alguns elementos pelo meio de entrevistas, é-me possível dizer que o fator preconceito e estigma não se demonstraram centrais ou decisivos na perceção que os indivíduos tiveram sobre a sua reentrada na sociedade aquando a libertação.

Tendo em conta a problemática levantada sobre o processo de re-subjetivação do *self* durante o período de reclusão e sobre se existe uma recuperação do mesmo ou se surge novo indivíduo, é perceptível através dos discursos e análise das trajetórias de vida dos indivíduos que a experiência de reclusão é efetivamente um fator transformativo.

Neste estudo não foram abordadas as motivações dos crimes mas sim o peso que a reclusão poderia ter na transformação das trajetórias dos indivíduos nas diversas esferas vivenciais dos mesmos.

Sabendo que idealmente o processo de reinserção tem início ainda no interior da prisão e que é transposto de forma estruturada para o exterior fazendo uso de serviços e entidades suporte, há que compreender que essas trajetórias de que temos vindo a falar podem ser tanto positivas como negativas. Negativas pois a reincidência criminal é uma realidade - e bastante presente – que efetiva a falha do processo de reinserção. Positiva na medida em que os frutos do processo de reinserção são colhidos pelos indivíduos que cultivam e trabalham o seu novo *self*, reorientado, restaurado e dotado de capacidade de autonomização e normatização para aquilo que é socialmente imposto e desejável em contexto.

Avanço ainda com a introdução de uma nova fase que acho ser fundamental no discurso académico que tem vindo a ser desenvolvido sobre o tema da reinserção social, abolindo com o discurso tripartido do “antes”, “durante” e “pós” reclusão, introduzindo assim o entre-reclusões que posteriormente e como modo facilitador de análise se intitulou de fase Restaurativa/Recuperadora que no presente estudo foi tida como a dimensão de análise Fase de Reinserção/Institucionalização.

Quero com isto dizer que, a meu ver, a população ex-reclusa deve ser afastada da ideia de que os indivíduos “desviantes” são abolidos e apagados durante o período de reclusão mas sim que os mesmos ao serem detidos e ao cumprir pena efetiva são forçados a entrar num sistema de re-subjetivação e de restauro daquilo que lhes é socialmente exigido e expectável. Por vezes o sistema pode basear-se em processos complexos, morosos, muitas vezes desanimadores tendo em conta a forte presença da reincidência criminal pois o fator mais decisivo e preponderante de todos será sempre o *self* que se quer (ou não) reerguer e reconstruir, o *self* que está (ou não) disposto a ser transformado, o *self* que necessita e aceita apoio e novos mecanismos de reintegração, por fim, o *self* de antes que procura agora um novo papel a desempenhar e novas expectativas às quais corresponder. Só assim a trajetória será ascendente e regeneradora.

Tenho presentes as limitações do estudo em questão. Contudo não quis deixar de dar aquilo que creio ser um contributo sob uma nova perspetiva e abordagem de análise daquilo que existe mas que não quer ser visto.

Falamos de população que sofre muitas vezes processos de incrustação de ideais propulsores de mecanismos estigmatizantes e modelos vivenciais aprisionantes, que lutam um inimigo sem rosto.

“Verifica-se a assunção conscienciosa daquilo a que a nova sociologia do comportamento designa por desdramatização do ritual e obrigam-se as instâncias de execução de pena privativa de liberdade a serem corresponsáveis no êxito ou fracasso reeducativo e ressocializador”. – Código Penal (2019)

6. Bibliografia

- Baratta, Alessandro (2007). *“Ressocialização ou controle social: uma abordagem crítica da “reintegração social” do sentenciado”*. Universidade de Saarland, RFA.
- Caria, Telmo H. (2003). *“A construção etnográfica do conhecimento em Ciências sociais: reflexividade e fronteiras”* In: *Experiência etnográfica em Ciências Sociais*. Porto, Afrontamento 1º capítulo – pp. 9-20.
- Campos, Sandra Maria Cardita Silveirinha (2015). *“Sistemas prisionais europeus”* Tese de Mestrado em Direito e Segurança. Faculdade de Direito - Universidade Nova de Lisboa.
- Código Penal 10ª edição (2019). Porto Editora
- DGRSP – conteúdos página oficial (<https://dgrsp.justica.gov.pt/>)
- Duarte, Rosália (2004) “Entrevistas em pesquisas qualitativas”. *Educar*, Curitiba, n. 24, p. 213-225. Editora UFPR
- Eckert, Cornelia et all (2008). *“Etnografias: saberes e práticas”*. Artigo em: *Ciências Humanas: pesquisas e método*. Porto Alegre. Editora da Universidade
- Ferreira, Pedro Moura (1999). *“Infracção e censura – representações e percursos da sociologia do desvio”*. *Análise Social*, vol XXXIV (15-152)
- Foucault, Michel (1999). *“Vigiar e Punir: Nascimento da prisão”*. Petrópolis, Vozes. pp. 1-288.
- Goffman, Erving (1993). *“A apresentação do eu na vida de todos os dias”*. Relógio d’Água.
- Goffman, Erving (1974). *“Manicómios, prisões e conventos”*. Brasil: Editora Perspectiva.
- James, Nathan (2015). *“Offender Reentry: Correctional Statistics, Reintegration into the Community and Recidivism”*, in Congressional Research Service (7-5700).
- Lima, Rita de Cássia Pereira (2001). *“Sociologia do desvio e interacionismo.”* *Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo*, 13(1): 185-201, Maio.
- Manual d’O Companheiro (2017) – última revisão
- Manzini, Eduardo José (2010). *“Considerações sobre a transcrição de entrevistas”*. Em: Marquezini M. C et all *“Técnicas de Pesquisa: planejamento e*


execução de pesquisas. Amostras e técnicas de pesquisa. Elaboração, análise e interpretação de dados.” 7.ed. São Paulo: Atlas.

- Martins, Maria José D. et all (2014). “*Histórias de vida de reclusos e reinserção social*”. INFAD Revista de Psicologia, Nº1-Vol.1
- Mead, George Herbert (1934). “*Mind, Self and Society*”. Universidade de Chicago
- Parsons, Talcott (1951). “*The Social System*”. Glencoe: Free Press.
- Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoudt, (1988). “*Manual de investigação em ciências sociais*”. Lisboa: Grandiva
- Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais Artigo 69.º - Plano individual de readaptação.
- Rodrigues, Ana Rita Ferreira (2017). “*A Experiência Prisional na Reinserção Social: uma análise comparativa entre grupos de reclusos adultos e jovens adultos*”. Dissertação de Mestrado em Crime, Diferença e Desigualdade. ICS, Universidade do Minho.
- Santos, Boaventura Sousa (2003). “*A Reinserção Social dos Reclusos – um contributo para o debate sobre a reforma do sistema prisional*”. Universidade de Coimbra – Observatório Permanente da Justiça Portuguesa; Centro de Estudos Sociais.
- Vieira, Ricardo et all (2016). *Capítulo 6 – Epistemologia e metodologia em mediação e ciências sociais em “Pedagogias de Mediação Intercultural e Intervenção Social*”. Edições Afrontamento.

7. Anexos

Anexo I

Plano Individual de Inclusão – O Companheiro



A partir da análise de toda a informação recolhida, o Técnico(a) Social, com o cliente, procede à identificação das necessidades e dos potenciais de desenvolvimento do cliente.

Deste modo, é possível identificar as áreas:

- Que exigem uma resposta/intervenção para colmatar, compensar ou manter determinado aspeto - **necessidades**;
- Que podem beneficiar de intervenção, no sentido de desenvolver o cliente até ao seu grau máximo - **potenciais**.

Depois de revisada a avaliação e identificação das necessidades e potenciais do cliente, procede-se à elaboração do Plano Individual de Inclusão (PII), conforme estipulado na **ITBZ.PCD4 – Elaboração e validação do PII**.


Para a identificação das necessidades e dos potenciais de desenvolvimento do cliente, serão tidos em conta diversos aspetos/domínios fundamentais, identificados pela Associação O Companheiro:

- Bem-estar emocional;
- Relacionamento interpessoal;
- Bem-estar material;
- Desenvolvimento pessoal;
- Bem-estar físico;
- Autonomia;
- Inclusão social;
- Inclusão educativa/laboral;
- Situação jurídico-penal.

Com o intuito de favorecer a inteligibilidade e a aplicação do conceito, estas dimensões foram reestruturadas nos três domínios que a seguir se explicam:

1) Desenvolvimento pessoal

Reporta ao conjunto de relações que configuram as estruturas de competência, articulando-se com os padrões de ação humana. Este processo caracteriza-se por um mecanismo através do qual os



Indivíduos ganham competência, controlo e influência sobre um conjunto de assuntos significativos, no âmbito das múltiplas relações com os contextos em que se inscrevem. Deste modo, a dimensão comporta a perceção de competência pessoal numa dada situação, seja no contexto das relações interpessoais, seja no exercício da sua autonomia.

Nesta perspetiva, pode-se analisar as perceções pessoais sobre a densidade e qualidade da rede de suporte social, desenvolvimento de competências pessoais e sociais, como a comunicação, autonomia, auto-eficácia e liderança.

Estas áreas serão desenvolvidas/treinadas nos Workshops e Treinos de Competências Pessoais e Sociais promovidos pelo O Companheiro, assim como, nas consultas de psicologia e/ou nos atendimentos psicossociais.

2) Bem-estar

Respeita às condições de vida percecionadas como desejáveis pelo indivíduo: bem-estar emocional, físico e material. Nesta dimensão relewa-se a forma como as pessoas pensam sobre si próprias, incluindo domínios específicos de perceção de aceitação da doença, satisfação da interação com os contextos de vida e perceção individual e social.

3) Inclusão social

Refere-se às oportunidades para controlar as interações com os contextos circundantes e influenciar as decisões com impacto nos projetos de vida. Esta dimensão incorpora um conjunto de mecanismos, através dos quais os indivíduos aprendem a identificar relações próximas entre os seus objetivos e as formas para os atingir, alcançando um acesso e controlo mais amplos sobre os recursos. Nesta perspetiva, interessa promover a inclusão nos domínios da educação/empregabilidade/atividade ocupacional, cidadania e resolução da situação jurídico-penal.

Assim:

Domínios	Relações Interpessoais	
Desenvolvimento Pessoal		✓ Perceção da densidade e qualidade da rede de suporte social; ✓ Perceção da densidade e qualidade das interações emocionalmente significativas; ✓ Perceção de desenvolvimento pessoal no

	desempenho de papéis relativamente a problemas emocionais/saúde; ✓ Sociabilidade – percepção de desenvolvimento no domínio das competências sociais e de comunicação; ✓ Percepção da realização pessoal; ✓ Percepção da autonomia; ✓ Responsabilidade – percepção sobre a relação entre os compromissos estabelecidos e os investimentos realizados; ✓ Nível de responsabilidade da interação com a estrutura familiar/significativos; ✓ Percepção de progresso/desenvolvimento – relação entre oportunidades/investimentos de educação/aprendizagem ao longo da vida; ✓ Percepção de competências de adaptação ao trabalho – relação entre o nível de mudança/esforço investido; ✓ Percepção de tolerância à frustração; ✓ Percepção de autoeficácia.
Autonomia	✓ Liderança – percepção sobre as oportunidades/investimento no exercício de papéis na comunidade; ✓ Percepção sobre oportunidades / investimento / resultado no exercício da tomada de decisões; ✓ Percepção de controlo pessoal; ✓ Percepção da execução autónoma dos objetivos.
Domínios Bem-estar	
Emocional	✓ Percepção individual de segurança; ✓ Percepção individual de estabilidade; ✓ Percepção individual de stress; ✓ Autoconceito; ✓ Percepção individual de progresso do nível de aceitação da doença, deficiência e/ou incapacidade; ✓ Percepção individual de satisfação da

	interação com os contextos de vida. ✓ Percepção individual de saúde; ✓ Percepção individual sobre a relação entre a aspiração e a realização nos seguintes domínios: a) Alimentação b) Lazer c) Atividades da vida diária d) Competência para cuidar de si próprio e) Competência de manutenção e de segurança no lar f) Atividade física; ✓ Percepção de progresso em relação aos sistemas de doença crónica/aguda.
	✓ Percepção individual sobre a relação entre a aspiração e a realização nos seguintes domínios de: a) Bens; b) Rendimentos.
Domínios Inclusão Social	
Educação/ Empregabilidade/ Ocupacional	✓ Percepção pessoal sobre o conhecimento dos recursos de apoio no domínio ocupacional/ empregabilidade; ✓ Percepção pessoal sobre o nível de resultado dos serviços de apoio no domínio ocupacional/ de empregabilidade; ✓ Carreira – número de experiências de atividades ocupacionais (no mesmo contexto e em contextos diferentes) e grau de satisfação emocional; ✓ Mobilidade – número de atividades ocupacionais desempenhadas e grau de satisfação associado; possibilidade de encaminhamento para estruturas de formação/emprego; ✓ Percepção pessoal sobre o sentido de progresso das competências educativas/laborais; ✓ Percepção de investimento na procura ativa de emprego.
Cidadania ✓ Percepção da qualidade de oportunidades e	

	direitos; ✓ Percepção de desenvolvimento do domínio/interesse de assuntos da atualidade; ✓ Autoeficácia coletiva/individual - percepção dos direitos e deveres; ✓ Percepção pessoal de tolerância social.
Situação jurídico-penal	✓ Percepção pessoal da situação jurídico-penal atual; ✓ Percepção dos mecanismos necessários à regularização da situação jurídico-penal; ✓ Promoção de plano para cumprimento da medida jurídico-penal aplicada.

ITBZ_PC04/ELABORAÇÃO E VALIDAÇÃO DO PLANO INDIVIDUAL DE INCLUSÃO

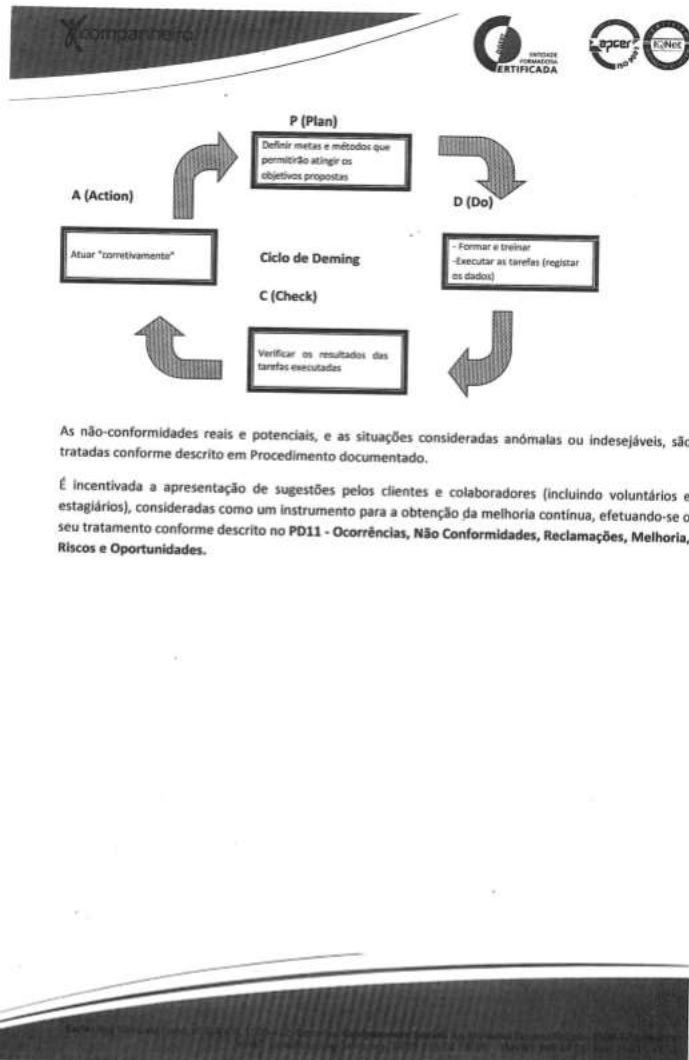
O PI é um instrumento formal que visa organizar, operacionalizar e integrar todas as respostas às necessidades e aos potenciais de desenvolvimento identificados em conjunto com o cliente.

Princípios a considerar na elaboração, implementação e avaliação do PI:

- A individualização e personalização do PI, respeitando os objetivos, os valores e os interesses, bem como as idiosincrasias do cliente;
- A dimensão holística do indivíduo, constituindo-se as categorias que visam simplificar os registos e os processos de trabalho. Assim, deve haver uma integração coerente entre os vários objetivos e atividades definidos no PI;
- A participação ativa do cliente, em todas as fases do processo, enquanto principal agente detetor;
- O trabalho em rede e em parceria, através da identificação de outras estruturas da comunidade sempre que necessário, privilegiando o trabalho em rede das intervenções;
- A co-identificação de ações que promovam a sua autonomia, a inclusão na comunidade e a qualidade de vida;
- A garantia de que as atividades de desenvolvimento são desafiantes na justa medida em que são acompanhadas de apoio, bem como de momentos posteriores de integração.

Anexo II

Modo Operativo – O Companheiro



As não-conformidades reais e potenciais, e as situações consideradas anômalas ou indesejáveis, são tratadas conforme descrito em Procedimento documentado.

É incentivada a apresentação de sugestões pelos clientes e colaboradores (incluindo voluntários e estagiários), consideradas como um instrumento para a obtenção da melhoria contínua, efetuando-se o seu tratamento conforme descrito no PD11 - Ocorrências, Não Conformidades, Reclamações, Melhoria, Riscos e Oportunidades.

PLANO DE TAREFAS N´O COMPANHEIRO
ORGANIZAÇÃO ESPACIO-TEMPORAL DE TAREFAS

- Acolhimento, entrevista institucional, encaminhamento e acompanhamento de clientes – Gabinete de Intervenção Social [**sujeito a marcação/ agendamento**]
- Revista à Residência dos clientes para monitorização e controlo de higiene, objetos não permitidos; alimentação; organização [**uma vez por semana**]
- Apoio nas valências: Banco Alimentar [**5ª e 6ª da penúltima semana de cada mês entre as 10:00 e as 17:00h**] e Banco de Roupas [**3ª e 4ª feira das 14:30 às 16:30h; 6ª e Sábado das 10:00 às 12:00h, todas as semanas**]
- Apoio no projeto “Práticas Educativas Positivas”: Acompanhamento de estudo e atividades com crianças e jovens [**todas as 2ª e 3ª feiras entre as 17:00-19:00 e 17:00-20:00 respetivamente**]
- Recolha diária e semanal da doação de alimentos em entidades parceiras (ReFood [**pontual**]; LIDL [**diário, a partir das 15:00h**]; Junta de Freguesia de Benfica [**pontual**]; Banco Alimentar [**semanal**])
- Apoio na Procura Ativa de Emprego - Gabinete de Educação, Formação e Empregabilidade [**uma vez por mês**]
- Apoio em eventos **pontuais** da Instituição (representação em feiras/ open days; eventos celebrativos; angariações de fundos; torneios)

Data início: 02-10-2018

Data final: 08-06-2019

Total de horas no campo: 800h

Cronograma de planificação de tarefas de Estágio:

	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	
GIS	Adaptação à metodologia da Instituição + Observação de		Realização de entrevistas institucionais + Acompanhamento e monitorização de casos + Tratamento de informação e dados na Base de Dados Institucional + Diversas tarefas inerentes ao Gabinete de Intervenção Social					Desempenho de tarefas anteriormente desenvolvidas + Recolha final de informação para revisão de literatura		Aplicação de guião de entrevista para Relatório	Aplicação de guião de entrevista para Relatório	Tratamento de informação / análise de conteúdo	
Valências de apoio à comunidade	desempenho de tarefas		Apoio nas valências: Banco Alimentar e Banco de Roupas + Recolha diária e semanal da doação de alimentos em entidades parceiras										
Voluntariado	Apoio em eventos pontuais da Instituição (Representação da Instituição em OpenDays de diversas Universidades; Participação em recolhas de doações: alimentares e de roupa; Distribuição de informação ao público)												
	1	0	2	1	1	1	0	2	2				

GUIÃO DE ENTREVISTA SEMI-DIRETIVA

ENQUADRAMENTO SOCIOCULTURAL E JURÍDICO-PENAL

Naturalidade
Idade
Escolaridade
Primário ou Reincidente
Total de anos de reclusão
Em liberdade há quanto tempo

TRAJETÓRIA NO PERÍODO ANTES-RECLUSÃO

- Dinâmica familiar
 - Como descreve a relação com a sua família antes de ser detido (pela 1ª vez)?
 - Mantinha alguma relação com os seus pais antes de ser detido (pela 1ª vez)?
 - Se sim, como a descreveria?
 - Se não, existia algum membro da sua família com quem mantivesse relação próxima?
 - Antes de ser detido vivia com os seus pais ou algum familiar?
 - Se sim, como descreveria o ambiente em casa?
 - Algum dos seus familiares já tinha tido problemas com a justiça?
- Relações interpessoais
 - Como caracteriza o seu grupo de amigos antes de ser detido (pela 1ª vez)?
 - Considerava-se uma pessoa comunicativa e aberta a conhecer novas pessoas?
 - Que espaços costumava frequentar?
 - Quais eram as suas ocupações em tempos livres?
 - Sente que alguma vez se colocou em situações de risco?
- Relações amorosas/ afetivas
 - Quantas namoradas/os ou companheiras/os teve antes de ser detido?
 - Antes da primeira detenção mantinha alguma relação amorosa duradoura?
 - Como descreve o seu comportamento nessas relações do passado?

- Atividade Profissional
 - Qual foi o seu primeiro trabalho?
 - Quantas vezes mudou de emprego?
 - Alguma vez foi despedido?
 - Como descreve a relação com os seus patrões e colegas de trabalho?
 - Como descreve a sua postura em relação ao trabalho nessa altura?
 - Tinha alguma área de interesse profissional? Se sim, qual/quais?
 - Dimensão emocional/ sentimentos
 - Como reagia a situações inesperadas?
 - Como reagia a situações de conflito?
 - Lembra-se de quais as emoções que mais sentia nesse período da sua vida?
 - Numa palavra como se caracterizaria?
-

TRAJETÓRIA NO PERÍODO DURANTE-RECLUSÃO

- Dinâmica familiar
 - Considera que as suas relações familiares se alteraram após ter sido detido?
 - Se sim, como?
 - Manteve algum laço familiar durante o período em que esteve detido?
- Relações interpessoais
 - Que mudanças notou nas relações que tinha com os seus amigos/ pessoas com quem se dava antes de ser detido?
 - Como descreve a sua relação com os outros reclusos?
 - Como descreve a sua relação com os guardas prisionais?
 - E com as técnicas sociais?
- Relações amorosas/ afetivas
 - Quando foi detido (pela 1ª vez) mantinha alguma relação amorosa?
 - Se sim, a relação manteve-se? Como?
 - Como caracteriza a sua vida amorosa durante o período de detenção?
 - Surgiram novas relações?
- Atividade Profissional
 - Durante o período de detenção exerceu alguma atividade profissional?
 - Se sim, qual e como a descreve?

- Se não, porquê?
 - Considera o trabalho durante o tempo de prisão importante?
 - Dimensão emocional/ sentimentos
 - Que pensamentos lhe ocorriam mas frequentemente enquanto esteve detido?
 - Costumava refletir sobre o que fez e as razões que o levaram a essa situação?
 - Que emoções ou sentimentos sentiu mais vezes?
 - E fez alguma coisa para lidar com esses sentimentos?
 - Numa palavra como descreveria a experiência de estar detido?
-

TRAJETÓRIA NO PERÍODO DE REINserÇÃO

- Dinâmica familiar
 - Após sair em liberdade conseguiu/ procurou (re)estabelecer ligações com familiares?
 - Sentiu apoio por parte dos seus familiares?
 - Com quem mantém mais contacto?
- Relações interpessoais
 - Quando saiu voltou a dar-se com os seus amigos?
 - Continuou a frequentar os mesmos sítios de antes?
 - Quem são as pessoas mais próximas de si neste momento?
 - Sente que a sua rotina sofreu mudanças?
 - O que faz agora para ocupar os seus tempos livres?
- Relações amorosas/ afetivas
 - Como descreve a sua vida amorosa atualmente?
- Atividade Profissional
 - Está a trabalhar?
 - Se sim, em que área/ profissão?
 - Como avalia a sua postura atual perante o trabalho?
 - Sente que teve dificuldades em arranjar emprego pelo facto de ter estado detido?
- Dimensão emocional/ sentimentos
 - Como sente que a sociedade o recebeu?
 - O que sente em relação ao seu passado?
 - Sente que o seu percurso gerou mudanças no modo como vê a vida?

- Como define a sua situação atual?
 - Como avalia o apoio institucional? Consegue-me dizer alguns prós e contras?
 - Numa palavra como descreve a pessoa que é hoje?
-

TRAJETÓRIA NO PERÍODO PÓS-RECLUSÃO/ FUTURO

- Dinâmica familiar
 - O que espera em relação a esta questão?
 - Relações interpessoais
 - O que vai fazer para manter boas relações?
 - Quem quer ter próximo de si no futuro?
 - Relações amorosas/ afetivas
 - Considera um relacionamento amoroso algo importante para a sua vida futura?
 - Atividade Profissional
 - Tem algum posto de trabalho de sonho que gostasse de realizar no futuro?
 - Se sim, o que vai fazer para o alcançar?
 - Dimensão emocional/ sentimentos
 - No geral, como se imagina no futuro?
 - Considera que o facto de ter estado detido pode comportar algumas dificuldades em alcançar aquilo que deseja para o seu futuro?
 - Quais as suas expectativas sobre si mesmo?
-

Dimensões de análise	Indicadores
Trajetória no período Antes-Reclusão	<ul style="list-style-type: none"> • Dinâmica Familiar • Relações interpessoais • Relações amorosas/ afetivas • Atividade Profissional • Dimensão emocional/ sentimentos
Trajetória no período Durante-Reclusão	<ul style="list-style-type: none"> • Dinâmica Familiar • Relações interpessoais • Relações amorosas/ afetivas • Atividade Profissional • Dimensão emocional/ sentimentos
Trajetória no período de Reinserção	<ul style="list-style-type: none"> • Dinâmica Familiar • Relações interpessoais • Relações amorosas/ afetivas • Atividade Profissional • Dimensão emocional/ sentimentos
Trajetória no período Pós-Reclusão	<ul style="list-style-type: none"> • Dinâmica Familiar • Relações interpessoais • Relações amorosas/ afetivas • Atividade Profissional • Dimensão emocional/ sentimentos

Anexo V

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

No âmbito da conclusão do Curso de Mestrado em Sociologia na área de especialização de Comunidades e Dinâmicas Sociais, a realizar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, informo que estou a realizar um estudo na área da reinserção social de população ex-reclusa, cujo objetivo principal é a identificação de processos transformacionais dos indivíduos ao longo da sua vida, tendo em consideração a passagem pelo período de reclusão e fase da reinserção na sociedade.

O seu contributo nesta entrevista prende-se apenas com a caracterização de algumas fases da sua vida, não sendo por isso necessário abordar quaisquer questões referentes ao motivo de condenação.

Informo que está assegurada a proteção da sua privacidade não tornando disponível o seu nome, e garantida a confidencialidade no tratamento dos dados.

Assim:

- Declaro que compreendi os objetivos do estudo e que os mesmos me foram apresentados claramente.
- Percebo as condições e procedimentos, vantagens e riscos em participar neste estudo.
- Compreendo que posso colocar qualquer questão sobre o desenvolvimento do estudo.
- Compreendo que posso requerer consultar o estudo assim que o sentir necessário.

Depois de devidamente informado concordo com a participação neste estudo.

Data: ____/____/2019

O Participante

O entrevistador

Anexo VI

GRELHAS DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

FASE: ANTES RECLUSÃO				
DIMENSÃO FAMILIAR	RELAÇÕES INTERPESSOAIS	RELAÇÕES AMOROSAS/AFEKTIVAS	ATIVIDADE PROFISSIONAL	
DIMENSÃO FAMILIAR	RELAÇÕES INTERPESSOAIS	RELAÇÕES AMOROSAS/AFEKTIVAS	DIMENSÃO EMOCIONAL	
1	"Tinha um grupo de amigos que vim encontrar agora ao fim destes anos todos"	"Tive muitas namoradas, agora relações não tive nenhuma... (...) Mas praticamente foi a mãe dos meus filhos foi a única mulher que tive. ", "foi a mulher da minha vida e há de ser sempre!"	"mulher varias vezes... Porque nunca estava satisfeito. Quería mais e então... saía... ". "Sempre fui muito exigente e sempre cumpri o horário, sempre... ", "que tinha trabalhado no Chariziz da Amadora, trabalhei no Campus da Amadora, abri uma pastelaria no Cacém com um ex-natrão"	"nunca parti para situação nenhuma de agressão, nem eu perante outro nem outros comigo. Dava sempre... conseguia moderar sempre. ", "Foi a minha vida mais feliz foi nessa altura"
2	"Eram pessoas simpáticas, fixas... (amigos)". "Eu não me achava no direito de trair os meus amigos."	"Já tive uma." (namorada)	"Nunca tive trabalhos..."	"Tipo se viesse alguém falar comigo ou coisa assim eu fechava-me"; "Eu resolvia sempre os meus conflitos. Cara a cara, na pessoa. "; "Feliz não era... (...) Vivía a vida mas não era feliz..."
3	"as companhias, vinha outra desviavam-me, eu ia para outro lado. (...) as companhias são assim... ". "Andava sempre sozinho."	"Eu tive tanta mulher, tantas namoradas, nunca tive problema. Eu é que as deixava"; "a mulher que estava, arranhou ouímes e inveja e aquela raiva toda, e voltou-me a cabeça"	"Obras (...) fui para a Câmara, quase 20 anos. "; "Eu não gosto de perder dias"; "Ah... todos gostavam de mim. "	"Não tinha medo de nada... ". "E apantou-me fraco... E com um copo a mais... "; "muito triste, isto não devia ter acontecido. E não precisava de andar nisto assim... é uma vergonha"
4	"Era péssima, principalmente com o meu pai. "; "Vivia sozinho"; "E até hoje mantém-se. Simplesmente nessa altura fui para o Alentejo, fugi de casa. Fugi de casa aos 11 anos, aos 18 anos juntei-me "; "Nunca quis saber praticamente da família. Fui umas vezes a casa da minha irmã mas pouco mudou."	"Ao início era muito bom. Até nascer o rebento. Depois piorou, piorou, piorou até que separei-me."	"Eu fui criado no campo por isso tempos livres não tinha nenhuns. Era pastor, depois a minha coisa era sempre andar com gado. "; "fui trabalhar para uma pessoa que não me quis pagar, depois quis-me fazer mal e eu defendi-me. "; "Só tive 3 anos e meio a trabalhar na cidade (...). Andei em distribuição de gás para o cunhado, andei nas cargas e descargas, na distribuição alimentar na Baixa de Lisboa. "; "duns gostava doutros não gostava mas tinha que gostar porque tinha que comer."	"Nessa altura ainda era muito novo ainda não tinha... então foi em 88 a primeira vez que estive delicto"; "Nessa altura era trabalho e copos."
5	"vivia com a minha madrasta e com o meu pai. "	"Tipo quando era miúdo não ligava muito a isso, depois passado um tempo ia tive namoradas. Poucas mesmo poucas, antes de ir preso. "; "Tinha uma rapariga mas depois fui preso."	"O meu pai as vezes quando eu me portava mal levava-me com ele ao trabalho para ver se eu abria a pestana nesse sentido. E já trabalhei na publicidade e essas cenas assim... "; "O meu pai era electricista"	(as emoções que sentia mais vezes nessa altura?) "Era com a minha família acho eu... ", "... era estar na minha própria casa que me sufocava e me bloqueava e fazia pressão..."
6	"Vivia com a minha mãe e com o meu pai, já casado"; "E depois tive que sair de casa da minha mãe; fui para uma casa de renda morar; estive lá um ano e tal e depois voltei para casa da minha mãe. "; "E os meus filhos e mais ela davam-se bem. "; "de volta e meia tinha um irmão que bebia muito, e às vezes havia umas zaragatinhas em casa."	"nunca tive, foi só aquela."	"Olhe eu trabalhei ah... em pedreiro. "; "Comecei a trabalhar com 18/17 anos"; "Depois cheguei a trabalhar em pintura, depois jardineiro, depois voltei outra vez para pedreiro, depois estive com pneus... Sempre assim, saía de um serviço e ia para outro (...) fiquei lá nessa fábrica 20 anos. (...) Só que pronto, eu despedi-me por causa dos problemas que se passou..."	"Ah eu sempre fui calmo..."

FASE: DURANTE RECLUSÃO					
	DIMENSÃO FAMILIAR	RELAÇÕES INTERPESSOAIS	RELAÇÕES AMOROSAS/Afetivas	ATIVIDADE PROFISSIONAL	DIMENSÃO EMOCIONAL
11	"a família dela, não aceitaram muito bem..."; "e era o menino querido da família dela quando souberam que eu tinha sido detido e pela razão, nunca mais tive relação nenhuma com eles!"; "A minha ex-mulher, contra a família dela foi-me sempre visitar"; "já perguntava (o filho) pelo pai e o pai estava de férias..."; "e nunca pedi para ela lá levar as crianças. E nunca levou..."; "Fui detido dei-te de ter contacto, perdi tudo"	"Também nunca fui chamado, nunca tive representações, nunca tive... Nada! Nenhum castigo, em vez nenhuma"; "Nunca tive problemas dentro do estabelecimento também, nunca"	"Mas não tinha precatórias na altura, ainda não estava a meio da pena mas começaram-me a mandar para casa. (...) Mas claro a relação depois com a mãe cada vez começou a deteriorar, porque eu não aparecia, eu cada vez me afastava mais, porque sentia-me culpado não é..."	"Ajudou muito! Claro que ajudou. Ajudou porque eles viam que eu era uma pessoa capaz e competente... Fui elogiado pelos Engenheiros, pelos arquitetos e pela direção dos serviços prisionais. Queriam-me dar um louvor e eu não aceitei. Porque um louvor dentro dos estabelecimentos agora não sei mas na altura era um bocado complicado."	"Revoltava-me, revoltava-me por aquilo que tinha feito! Mas já não podia fazer nada não é... não tinha coragem para ligar a ela e dizer alguma coisa..."; "Mas em vez de procurar a mãe e isso... ah, não procurava! Até que ela se furtou não é... e eu fazia isso para ela seguir a vida dela, estava a condená-la demais aquilo que ela nunca mereceu"
12	"Depois de o meu pai morrer nunca mais tive contacto com a minha família."	"Contei todos, (amigos do local da sua naturalidade) Paguei tudo o que devia mas não fiquei a dever nada a ninguém mas cortei amizade."	"Depois fui preso. Ela só queria droga, droga, droga (...) E quando fui para a cadeia ela lá lá pedir coisas para ela."	"Trabalhei como fascina, nas visitas, depois trabalhei nas oficinas. E depois trabalhei nos puxadores na Carregueira"; "Lá na cadeia uma pessoa trabalha, trabalha, trabalha, mas metade do dinheiro fica lá..."	"houro lado não tinha ajuda de ninguém portanto..."
13	"oite aceitaram..."; "Foram visitá-lo? Não! Não! Ah... também aguentei-me."	"Não dava grandes confianças, falava pouco"; "Todos me respeitavam, todos gostavam de ir falar comigo"	"... Fazia-lhe as vontades tocodas tudo. (...) Foi-me só visitar em Silves e daí nunca mais soube mais nada..."	"trabalhava na cozinha e comia sempre melhor"; "falava com os senhores que trabalhavam lá, todos gostavam de mim, e tinham-me respeito e eu tinha respeito a eles..."	"Olhe fui acusado de ser psicopata, drogado, bêbado, vários nomes!"; "Num segundo perde-se tudo. Quando há inveja, ciúmes e raiva é o pior que há..."; "havia dias difíceis. Bem, aquilo é tudo muito difícil..."; "Uma pessoa presa, sem visitas, sem nada! (...) Nem você imaginou o que é que eu tinha dentro desta cabeça! Era pior que um filme de terror!"; "Custou muito. Tinha cá um ódio."
14	"tinha essa minha sobrinha que me ia visitar. (...) De resto família mais nenhuma família me foi visitar."	"desde o tempo que tive detido nunca tive problemas com ninguém!"	"Depois a gente separou-se por que eu fui detido. Ela foi detida para Tires e eu fui detido para Cavitas. Ai houve logo separação. Ela apANHOU 3 anos e eu apANHUEI 15 anos e 8 meses..."; "Contei. Abstei-me. Só tive outro relacionamento depois de 7 anos e 2 meses de estar detido. Quando sai é que arranjei nova companheira, MAS ela estava em casa dela e eu estava na minha"	"trabalhei sempre dentro das cadeias"; "estive a fazer fascina dentro das salas de aula, depois quando sai quando fui para o RAVI cá para fora, trabalhar lá fora"; "em Cavitas, trabalhei 7 meses na roupa a tratar da roupa para aqueles que entravam e aqueles que saíam..."; "Dá para ocupar o tempo e o tempo passa mais depressa."	"As emoções que eu sentia às vezes era quando os meus companheiros às vezes saíam em visitas e eu muitas vezes não tinha..."; "Sentia que estava cá a mais. Que não tinha ninguém então estava cá a mais."
15	"madraستا ia-me lá visitar frequentemente, ia-me lá apoiar com comida com tudo..."; "o meu pai não era muito dessas coisas. Foi uma ou duas vezes se calhar..."	"Uns era complicado, outros era bacano. Tinha lá amigos e que... outros era mais complicado. Que eu era um gajo tranquilo, estava sempre no meu canto e então tiravam-me a pinta por causa disso. Vi lá muitas cenas!..."	"Na altura eu era menor, ela também era menor... ela tentou, ela diz que tentou-me procurar e essas coisas assim mas nunca obteve informações e como também era menor não dava para..."; "Tu para criares novas relações tinhas que ter telemóvel, e eu não queria nada dessas coisas porque ia só piorar a minha situação. Estava sozinho. Decidi que não queria ninguém."	"Fui bibliotecário, fui jardineiro, fui... trabalhei na cozinha, fiz tudo o que havia para fazer. Sempre ativo..."; "Ajudou-me porque eu passava o tempo e ganhava hábitos de trabalho"	"Eu entrei com o objetivo de sair dali..."; "Que tipo as coisas que eu fiz não eram certas... que não tinha o direito de fazer aquilo... que... (encolher de ombros) senti que estava a perder o meu tempo, a privar da liberdade de coisas que tipo que eu gostava..."; "Só o simples facto de quando vinha de precária tipo olhar e saber que estou cá fora e ver o pôr do sol só no caminho de Leiria para Lisboa sentia mesmo que não valia a pena. Não vale mesmo..."; "Tinha era que pensar e meter na minha cabeça e interiorizar que fizeste mal e que tens que pagar pelos teus erros."
16	"Quem foi-me ver foi só os meus filhos e um irmão meu amigo só... os outros nunca apareceram lá..."	"Eu vim aqui para a cadeia de Alcoentre, nem amigos nem ninguém..."; "Mas eu dava-me bem com toda a gente lá graças a Deus..."; "dava-me com uns açoreanos que estavam lá..."	"já me tinha separado da minha ex-mulher."	"Estive em S Miguel 1 ano e uns meses, trabalhei lá, trabalhei lá na horta, até gostavam de mim que eu era trabalhador. E depois lá fazia fascina lá, tratava da roupa deles... desentascava-me!"; "Por isso é que eu quis trabalhar para também ter as minhas coisas... produtos de higiene, shampo... e depois um dia um gajo que saía de lá tem que levar dinheiro consigo, e mesmo que seja de precária tem que ter dinheiro para sair."	"Um gajo tem que se fazer à vida lá dentro!"; "Eishhh... Eu pensava muito era nos meus filhos..."; "eu pensava só nos meus filhos e mais nada. Se eu fosses pensar mais coisas eu ficava mais histérico"; "custou muito... (...) É um inferno lá dentro..."

FASE: REINSCRIÇÃO/INSTITUCIONALIZAÇÃO					
	DIMENSÃO FAMILIAR	RELAÇÕES INTERPESSOAIS	RELAÇÕES AMBROSAS/AETIVAS	ATIVIDADE PROFISSIONAL	DIMENSÃO EMOCIONAL
11	"eu sempre tive um relacionamento com a minha ex-mulher, com a mãe dos meus filhos, exceto agora pronto... nunca mais soube nada dela nem dos meus filhos..."; "também nunca fiz nada para procurar. Porque sinto-me culpado demais das coisas que fiz não é..."; "Não faço a mínima ideia se está cá em Lisboa, se já foi para a terra... Não faço ideia. O mesmo com os meus filhos"; "possivelmente como eu fiz tanta asneira eles não me procuram."	"As pessoas mais próximas têm sido um casal que sempre foi meu amigo (...), continua a telefonar-me todas as semanas, continua a preocupar-se com a minha vida..."; "São os únicos amigos que eu tenho"; "..."	"Ah não tenho amores... Só tive um. (...) Eu acho que só amei uma vez"; "Já tive convites para ir morar para casa delas mas eu resisto sempre, pá não! Porque posso-me dar mal e não quero fazer sofrer mais ninguém."; "Não quero esses compromissos."	"Estou naquilo que gosto também, para além de fazer no armazém de produtos alimentares também estou na pintura que é o que eu gosto mais."; "Tento sempre aperfeiçoar cada vez mais para ser elogiado"; "Isso (emprego) não conseguia arranjar, a razão pela qual eu pedi para vir para aqui. Aliás, como não havia reinserção social nenhuma (na prisão)..."; "Pedir um emprego, ou entrevista se disser que estive preso ninguém me dá emprego."	"Só que cheguei cá fora e o Mundo já estava diferente... Du seja voltei a encontrar gente que não devia... E dei-me a levar pela emoção."; "Olhando à idade que tenho escolhi vir para aqui para dar um rumo à minha vida."; "Sou uma pessoa segura, uma pessoa sensível, isso sempre fui... Sou uma pessoa que me preocupo demasiado com os problemas dos outros"; "... Sou sincero. Não tenho nada a esconder."
12	—	"... eu dou-me bem com toda a gente."; "Eu vou à Buiça. Estou lá com os meus amigos... de resto mais nada."	"Não tenho nada na minha vida... Não tenho ninguém."	"Olhe... agora tenho que arranjar um trabalho com descontos e isso... para depois quando puder ter a minha reforma."; "estou a trabalhar com vasos e coisas assim"	"Uma pessoa aprende com os erros né?"; "Eu sou uma pessoa simpática, divertida, falo bem com toda a gente, respeito toda a gente..."
13	"irmãs e coisas morreu tudo. Agora estou sozinho"	"O que eu tenho pronto é as pessoas daqui. Alguns! Nem todos"; "... dou-me bem com toda a gente, falo com todos seja a raça que for, não tenho queixa de nenhum."	"(silêncio prolongado) como é que eu vou explicar isto? (...) Sinto-me feliz pronto."	(atualmente) "A mudar as árvores"; "os colegas também são bons, sem razão de queixa. Gosto de trabalhar naquele serviço (corte de árvores)"	"Estou arrependido..."; "olhe, é assim, ainda hoje estou a pensar como é que isto se deu"; "metade da vida já foi há vida."; "Sinto-me feliz (pausa) feliz... mais ou menos!"
14	"Tenho uma sobrinha com a qual eu falo com ela, mas ela na casa dela e eu aqui. A minha sobrinha e as filhas dela que são 2..."	"Mais tranquilo, já não me meto em confusões com ninguém."; "Quero levar a minha vida em paz e sossego e olhar por esta... que ela bastante falta tem de alguém que a ajude."	"E fora do Companheiro tenho uma pessoa que me ocupa"; "É uma menina. Com a qual eu não quero nada dela (...). Apesar de ser apoiado por ela. Mas eu não preciso de ser apoiado. Eu é que a apoio a ela. E tenho gosto e orgulho em apoiar."; "Simplemente, se ela me pedir alguma coisa que esteja ao meu alcance eu dou, tenho muito gosto em dar."; "Uma amizade muito forte."	"Olhando para trás eu era muito ruim ahahahah"; "gerou mudança em muitas coisas ruins que eu tinha. Por exemplo o álcool."; "Ah a minha vida no geral agora está melhor do que estava há uns tempos atrás."	
15	"o teu pai tem muitos ciúmes da relação que tens com a tua madrastra. Desde miúdo que houve sempre ali muita coisa. E hoje em dia não falo com eles... E também descobri muitas coisas, que se calhar foi isso que me levou a certos caminhos..."	"Foi a pior coisa que eu fiz" (voltar a dar-se com amigos antigos); "Eu saí em 2010, os anos foram passando e tipo fui-me desiludindo com muitas coisas... eu saí tipo... inocente, estive privado da liberdade e ali não vemos tanto mal como quem está aqui na sociedade."; "Tipo há pessoas muito maldosas e às vezes a gente tem que se resguardar dessas pessoas."	"Péssimo! Só desilusões com mulheres, está péssimo. Não consigo agora confiar, entregar assim tão facilmente como era antigamente. Era um coitado mole, um apaixonado..."	"Estou nas oficinas do Cabo Ruiivo da Carris."	"também não está escrito aqui na cara que estive preso (risos) Sou uma pessoa sorridente e que..."; "Uma lição de vida. Aprendi com os meus erros..."; "Porque lá dentro é menos complicado, são os reclusos, aqui é (...). É toda a gente."
16	"já falei com eles. Só que pronto, a minha filha e o meu filho querem que eu vá lá... (São Miguel), só um irmão meu quase que me ia ver, o resto não falo com eles..."; "Mas quero ir lá fazer uma visita! Isso sim. Já prometi, quero ir lá ver os meus filhos mais uma vez."	"Amigos eu não tenho aqui amigos. Amigos estão lá em S Miguel."	"Tudo bem que eu sou novo né? Ainda posso arranjar uma mulheeeeeer..."; "Por enquanto não tenho... Deixem-me acalmar mais um bocadinho..."	"Trabalho de jardineiro e pedreiro." (atualmente); "Os meus colegas a gente conversa, brinca ali um bocadinho também. Ri-se um bocadinho. E a gente dá-se bem todos."	"A vida já não é como era dantes... A pessoa... antes eu tinha uma vida boa não é, vivia com ela e com os meus filhos e tudo... não sei, um galgo vai preso e sai da cadeia e já não tem nada... Isso para mim já não vale nada."; "não sou o mesmo... não sei não sei..."

FASE: PÓS RECLUSÃO				
DIMENSÃO FAMILIAR	RELAÇÕES INTERPESSOAIS	RELAÇÕES AMOROSAS/ AFETIVAS	ATIVIDADE PROFISSIONAL	DIMENSÃO EMOCIONAL
11	"E eu é que escolhi este sítio, por uma razão muito simples. Para não ir outra vez para a minha zona, para não encontrar ninguém com quem já tinha andado no passado e para começar uma vida nova." (Quem quer ter próximo de si no futuro) "Os meus amigos também..."	"E depois se encontrar alguém que dê para a gente fazer uma vida, filhos não porque já não quero... já tenho dois já chega." "Uma coisa é ter relação, outra coisa é a gente viver juntos... Eu gostava que isso acontecesse mas para isso acontecer tem que ter confiança..."	"Ainda tinha uma ambição de abrir um negócio próprio." "Quero manter, quero continuar."	"Eu não acredito no destino, nós é que fazemos o nosso destino. Agora, procuramos o bom ou o mau...". Pronto, consegui, desfiz tudo, estraguei tudo, mas agora estou a conseguir outra vez."
12	—	—	"A minha vontade era (imperceptível) os camiões e trabalhar de noite e descansar de dia"; "camiões que eu adoro. Sabe que... adoro trabalhar de noite."	"Ser feliz, que toda a gente me respeitasse"
13	—	"alguém há de aparecer. E quero arranjar uma casa, sair daqui."	"se sair da instituição vai ser muito pior para arranjar trabalho"; "Inscrivi-me num curso da feira de trabalho (...) Jardimagem. Mas este curso que está aqui pedem o 12º ou o que é!"	"Graças a Deus tenho saúde, tenho vida e quero vencer. Esquecer o passado, que não é muito fácil mas tem de ser"; "Eu tenho fé que um dia ainda vou ser alguém. Que me saia a sorte grande, tenho vários projetos"; "Eu hei de conseguir, se os outros conseguem eu também consigo. Não sou menos que os outros"; "E esquecer... E vencer. Se os outros vencem, também tenho que vencer."
14	—	"De standby (risos) não há! Estive com uma déi-me mal pronto não quero mais nenhuma agora"	"Eu gostava de abrir um restaurante e ser cozinheiro"; "Trabalhar, juntar um dinheiro e ver se consigo"	"Eu sei lá, já não sei quais são as minhas expectativas (gargalhada) é como o outro: deixa andar alahah um dia de cada vez."
15	"para estar bem consigo próprio porque senão não consigo andar para a frente e nem consigo pensar no futuro nem nada disso., Porque isso é que me está a fazer mal, buéda mal mesmo. Tenho que resolver os meus problemas internos para depois poder pensar no futuro. ". E mesmo a cena da família, isso é que mais me..."	"Isso tem tudo a ver com a empatia. "; "Hoje em dia é muito complicado perceber... Ou tens que ser igual a eles e fazeres as coisas para ser aceitado ou se fores diferente e vires que coisa... é um bocado complicado. Tem que gostar de mim pelo que eu sou, já não vou tentar agradar ninguém. Se gostar gostaram, se não gostarem não gostaram... Já estive tanto tempo sozinho sem ninguém"	"Ainda ando à minha procura, à procura de me encontrar... ainda não consigo..."; "vê-se as pessoas quando estamos mal, porque quando estamos bem toda a gente gosta de nós mas quando estamos mesmo lá no fundo só mesmo quem nos ama é que nos aceita como somos. "; "Sim toda a gente quer pessoas amigas... quer dizer não sei... como já me desiludi não sei se acredito nesse tipo de coisas"; "Vou ser eu próprio. Tenho que ser eu próprio sempre né"; "Já tentei ser melhor, amigo do meu amigo... Vou fazer o bem como faço, vou ser uma má pessoa como sou também, é 50% a balança. Mas não vou ser aquele bom coração que era de antigamente"	"Ainda ando à minha procura, à procura de me encontrar... ainda não consigo..."; "vê-se as pessoas quando estamos mal, porque quando estamos bem toda a gente gosta de nós mas quando estamos mesmo lá no fundo só mesmo quem nos ama é que nos aceita como somos. "; "Sim toda a gente quer pessoas amigas... quer dizer não sei... como já me desiludi não sei se acredito nesse tipo de coisas"; "Vou ser eu próprio. Tenho que ser eu próprio sempre né"; "Já tentei ser melhor, amigo do meu amigo... Vou fazer o bem como faço, vou ser uma má pessoa como sou também, é 50% a balança. Mas não vou ser aquele bom coração que era de antigamente"
16	"E posso ir buscar os meus dois filhos lá a S Miguel"	"Olhe eu quero é arranjar uma casinha... e talvez possa arranjar uma mulherzinha..."	"ver se para 2020 quando acabar a condicional, ir para fora trabalhar. Para a França, para a Bélgica. "; "Era para trabalhar pedreiro, pintura..."	"Vou conseguir! Tenho que conseguir..."; "Quero primeiro estar sozinho... E daí continuar para a frente..."; "Faço a minha vida e cada um faz a sua vida."